

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

ALÉXIA LUIZA PEREIRA DE ANDRADE

**DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS**

CURITIBA
2018

ALÉXIA LUIZA PEREIRA DE ANDRADE

**DIREITOS POLÍTICOS E DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS**

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Direito, da Faculdade de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eneida Desiree Salgado

CURITIBA

2018

A todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar este agradecimento de outra forma senão dizendo obrigada à grande mulher da minha vida: Luiza Helena Teixeira Pereira, minha mãe. Meu maior exemplo de resiliência, altruísmo e bondade.

Agradeço também, com muitas saudades, à minha avó, Rosi Teixeira. Não teve um único dia deste último ano da faculdade – e o primeiro na sua ausência – que não me lembrei com muito carinho de tudo que vivemos. Sou hoje o resultado da soma destas duas guerreiras que me criaram juntas, na sua lógica e possibilidades. Vó e mãe, vocês me ensinaram o que é a força feminina.

Às minhas amigas e amigos, obrigada pelas histórias, experiências e apoio.

À Professora Letícia Kreuz e à Professora Doutora Taysa Schiocchet, meus agradecimentos por terem aceitado participar da banca, é uma honra compartilhar este momento com duas grandes pesquisadoras que foram de grande inspiração para a produção deste estudo.

Por fim, à minha brilhante orientadora, Professora Doutora Eneida Desiree Salgado, um especial agradecimento. Algumas pessoas tornam a caminhada especial pelo diferencial que possuem naquilo que fazem e você é meu maior exemplo no ambiente acadêmico da importância do exercício de uma profissão com amor. Foram incontáveis os episódios nestes cinco anos de faculdade em que me vi completamente encantada pela gigante que és. Obrigada por todo suporte na construção deste trabalho.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente trabalho traz um estudo da tratativa dos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras a partir da análise da participação feminina na política do país, valendo-se, para tanto, de uma correlação entre os dois institutos com o objetivo de encontrar justificativas e alternativas para a problemática situação das mulheres enquanto sujeito de direito no ordenamento jurídico brasileiro, tomando como base as teorizações de Carole Pateman sobre a noção de Contrato Sexual e de Iris Marion Young no tocante à representação política. Antes, entretanto, perpassa brevemente o histórico de lutas e conquistas sobre os direitos reprodutivos e direitos políticos das mulheres no Brasil. A partir da constatação de que a desigualdade de gênero e a mentalidade patriarcal são elementos enraizados historicamente na sociedade brasileira, parte-se para um exame do atual panorama do tema no país, identificando focos de retrocesso no campo político a partir do Poder Legislativo e na sociedade civil. Nesta toada, analisa o processo de decisão da Proposta de Emenda Constitucional de número 181, que trata sobre o tema do aborto e exemplifica a imprescindibilidade de correlacionar a participação política feminina e o tratamento dos direitos reprodutivos das mulheres. Ademais, constata-se que a legislação de cotas eleitorais de gênero não tem surtido o efeito visado e que as discussões sobre os direitos reprodutivos estão sustentadas antes em estigmas e concepções antifeministas e religiosas, sem considerar a autonomia e o direito à autodeterminação da mulher. Diante disto, busca-se, com amparo no direito comparado, possíveis exemplos norteadores para maior proteção e eficácia dos direitos das mulheres. A conclusão final a que chegou a pesquisa sintetiza-se na compreensão de que, além da necessidade de repensar a legislação de cotas de gênero, é imperiosa a introdução de uma consciência feminista no ideário da sociedade brasileira, sobretudo na formação das mulheres que atuam no âmbito político.

Palavras-chave: Mulheres. Participação Política. Direitos Políticos. Direitos Reprodutivos. Feminismo. Igualdade de Gênero.

RESUMEN

El presente trabajo trae un estudio de la trata de los derechos reproductivos de las mujeres brasileñas a partir del análisis de la participación femenina en la política del país, valiéndose para ello de una correlación entre los dos institutos con el objetivo de encontrar justificaciones y alternativas para la problemática situación de las mujeres como sujeto de derecho en el ordenamiento jurídico brasileño, tomando como base las teorizaciones de Carole Pateman sobre la noción de Contrato Sexual y de Iris Marion Young en lo que se refiere a la representación política. Antes, sin embargo, pasaba brevemente el historial de luchas y conquistas sobre los derechos reproductivos y derechos políticos de las mujeres en Brasil. A partir de la constatación de que la desigualdad de género y la mentalidad patriarcal son elementos enraizados históricamente en la sociedad brasileña, se parte para un examen del actual panorama del tema en el país, identificando focos de retroceso en el campo político a partir del Poder Legislativo y en la sociedad civil. En este sentido, analiza el proceso de decisión de la Propuesta de Enmienda Constitucional de número 181, que trata sobre el tema del aborto y ejemplifica la imprescindibilidad de correlacionar la participación política femenina y el tratamiento de los derechos reproductivos de las mujeres. Además, se constata que la legislación de cuotas electorales de género no ha surtido el efecto visado y que las discusiones sobre los derechos reproductivos están sostenidas antes en estigmas y concepciones antifeministas y religiosas, sin considerar la autonomía y el derecho a la autodeterminación de la mujer. Ante esto, se busca, con amparo en el derecho comparado, posibles ejemplos orientadores para una mayor protección y eficacia de los derechos de las mujeres. La conclusión final a la que llegó la investigación se sintetiza en la comprensión de que, además de la necesidad de repensar la legislación de cuotas de género, es imperiosa la introducción de una conciencia feminista en el ideario de la sociedad brasileña, sobre todo en la formación de las mujeres que actúan en el ámbito político.

Palabras clave: Mujeres. Participación política. Derechos políticos. Derechos reproductivos. El feminismo. Igualdad de género.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
1. BREVE EXCURSO HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL.....	
1.1. Direitos Políticos.....	
1.2. Direitos Reprodutivos.....	
2. A MITIGAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.....	
2.1. A violência institucionalizada em face dos direitos reprodutivos da mulher.....	
2.2. A baixa representatividade e as ações afirmativas de gênero na política brasileira.....	
2.3. Uma análise da PEC 181: Quando a política dos homens e os direitos reprodutivos das mulheres se encontram.....	
3. NOVAS DIRETRIZES PARA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	
3.1. A importância da teoria feminista na participação da mulher na política.....	
3.2. Possíveis soluções a partir do direito comparado.....	
3.3. Perspectivas para o futuro.....	
CONCLUSÃO.....	
REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

As mulheres representam atualmente cerca de 52% do eleitorado brasileiro e, paradoxalmente, apenas 10% do total de parlamentares são mulheres. A sub-representação é um inegável problema: a baixa presença de mulheres nos cargos políticos resulta na exclusão destas nos processos de tomada de decisão no que concerne às políticas e leis vigentes no Brasil.

Este problema fica ainda mais evidente a partir da ótica dos direitos sexuais e reprodutivos: os direitos das mulheres são tratados por homens, a partir de concepções religiosas e patriarcais, num movimento de retrocesso em relação aos direitos já adquiridos. Ainda, não se ignora a realidade destes direitos serem usados como “moeda de troca” no ambiente legislativo, não sendo considerados, portanto, o interesse da mulher, mas sim interesses políticos dos setores conservadores a fim de fortalecerem suas bases de apoio.

Diante disso, o presente estudo pretende analisar a tratativa dos direitos das mulheres de modo específico a partir dos institutos dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos. A escolha pela especificidade em torno destes dois âmbitos se justifica na demanda imediata para que as mulheres tomem os espaços de poder a fim de que tenham vez e voz nas decisões acerca de seus corpos. Deste modo, espera-se poder contribuir com uma abordagem crítica a partir da reflexão de como o fortalecimento da participação feminina na política se mostra necessário para que os direitos reprodutivos das mulheres sejam respeitados e tratados a partir da perspectiva da autonomia e autodeterminação, e não mais pautados em noções religiosas, patriarcais e de um suposto determinismo biológico.

A partir do método da revisão bibliográfica, este estudo está estruturado em três capítulos, o primeiro com duas subdivisões e os dois últimos com três subdivisões. Na primeira divisão, busca-se apresentar um breve excuro histórico dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil, com o objetivo de demonstrar os avanços e os atrasos da legislação brasileira no que concerne os referidos institutos a partir de um panorama histórico, traçando um esboço do percurso desde o reconhecimento dos primeiros direitos das mulheres no ordenamento jurídico do país até a atualidade. No que se refere aos direitos reprodutivos, é apresentada a conceituação e a perspectiva histórica de reconhecimento destes direitos. Neste ponto, destaca-se que a construção deste instituto no ordenamento brasileiro se deu

quase em sua totalidade pela recepção de Convenções e Tratados internacionais. Por fim, são apresentadas as principais políticas públicas relacionadas aos direitos reprodutivos.

No segundo capítulo, o presente trabalho se volta para a problematização do tema. Busca-se exemplificar os meios como tem ocorrido a mitigação dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos das mulheres no Estado Democrático de Direito Brasileiro. Nesse seguimento é evidenciado que, embora a laicidade do país devesse ser uma premissa básica, a composição política do Brasil está tomada por setores conservadores. Ademais, no tocante à baixa representatividade feminina no campo político, procura-se demonstrar que a legislação de cotas de gênero não tem sido eficaz, estando estruturada de maneira que ainda permite subterfúgios, como, por exemplo, pela ausência de previsão de sanções ao não cumprimento das cotas pelos partidos. Assim, embora de um lado seja inegável a imprescindibilidade da legislação de cotas de gênero, doutro lado, do modo foi concebida, a lei não tem se demonstrado eficaz. À guisa de explicação, discorre-se sobre o processo de decisão da Proposta de Emenda Constitucional 181, simbólica do modo negligente como os direitos reprodutivos das mulheres vêm sendo abordados na política do país.

Por fim, no terceiro capítulo, objetiva-se apresentar possíveis soluções para que haja um fortalecimento da participação feminina na política e os direitos reprodutivos das mulheres sejam respeitados. Nesta toada, defende-se, a partir dos ensinamentos de Carole Pateman e Iris Marion Young, a relevância da teoria feminista para o processo de amadurecimento no que concerne a tratativa dos direitos das mulheres no país. Ainda, a partir da experiência de outros países, debruça-se sobre a investigação de possíveis soluções norteadoras para a atuação no âmbito dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos, sobretudo no que concerne à legislação de cotas de gênero nas eleições e à descriminalização da prática do aborto para a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez enquanto escolha.

Visa-se com o presente trabalho uma contribuição para que a emancipação dos corpos femininos se concretize, dando visibilidade à importância de que haja mulheres – e mulheres feministas – na política para que os direitos reprodutivos se consagrem em uma perspectiva de liberdade e autodeterminação.

1. BREVE EXCURSO HISTÓRICO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL

A marginalização da mulher na sociedade é fruto de um processo histórico de sedimentação de ideais conservadores e de uma concepção discriminatória da mulher enquanto genitora, frágil e segregada ao espaço da família e do matrimônio.

O reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos de direito foi resultado de um longo e árduo esforço histórico nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. Em que pese os avanços, a discriminação de gênero ainda se demonstra uma ameaça constante a estas conquistas. Assim sendo, a tutela jurídica dos direitos das mulheres no ordenamento brasileiro se mostra insuficiente diante do quão enraizada está a discriminação da figura feminina na realidade social misógina do país.

Formalmente, a Constituição reconheceu e abarcou os esforços da luta por igualdade de gênero. A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípio constitucional a igualdade, no caput do artigo 5º, ao determinar que "todos são iguais perante a lei" e, além disso, "homens e mulheres são iguais em direito e obrigações", junto ao rol de direitos e garantias constitucionais. Contudo, no plano fático, a igualdade está longe de ser uma realidade. A partir da análise do panorama histórico dos direitos das mulheres no Brasil, depreende-se uma constante de injustiças, desigualdade e, sobretudo, desrespeito à dignidade humana da mulher. Nas esferas de poder, a participação feminina ainda é baixa, conquanto tenha havido uma evolução no âmbito legal no tocante aos direitos políticos.

Ao longo do tempo, os esforços das mulheres se traduziram em alterações nas questões de família e propriedade, mas o direito ao voto foi uma das últimas conquistas. Isto porque a participação mais ativa das mulheres na vida política significa um ponto de enfraquecimento das tradicionais estruturas de poder. O ingresso da mulher na esfera pública através do poder político é fundamental para a concretização de uma sociedade democrática, que vise a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais entre os gêneros.

As mulheres brasileiras não estão exercendo em condições de igualdade seus direitos. Enquanto Estado Democrático de Direito, o Brasil tem a obrigação de constituir uma sociedade democrática, fundada na noção de soberania e participação popular e, nesse sentido, homens e mulheres deveriam participar dos processos de tomada de decisão igualmente. Ante a situação de desigualdade das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo na política, algumas medidas foram estabelecidas

para mudar esta realidade, mas não resultaram em transformações de grande impacto. Os papéis sociais que foram separados à mulher, seja no espaço privado ou público, se concretizaram em fatores de desigualdade. Neste sentido, a igualdade assegurada constitucionalmente deve ser entendida em conjunto com a compreensão de que certos sujeitos, entre eles as mulheres, não conseguem exercer de modo natural as posições jurídicas que significariam esta igualdade e, por conseguinte, não há pleno acesso aos direitos assegurados no ordenamento jurídico, diante da posição de subalternidade que se encontram perante o heteropatriarcalismo¹.

Perante o exposto, cogente se faz uma análise da perspectiva histórica para compreensão da situação atual do país no que se refere aos direitos políticos e direitos reprodutivos das mulheres, foco do presente trabalho.

1.1 Direitos Políticos

Os direitos políticos são direitos públicos subjetivos que garantem ao indivíduo a participação política, representados sobretudo pelo direito a voto e o direito a ser eleito.² A luta por participação política para as mulheres - que se iniciou com o esforço para terem os seus direitos políticos reconhecidos - tem se mostrado imprescindível ao longo dos anos, diante da negligência com a pauta feminista na política, bem como com os direitos civis e liberdades individuais das mulheres.³ Até o início do século XX, o direito ao voto era um direito restrito aos homens, mormente àqueles que possuíam patrimônio.⁴

Contudo, já no século XVIII a luta das mulheres na busca pelo pleno acesso aos direitos políticos ganhou força. Na Inglaterra, Mary Wallstonecraft publicou, em 1792, a “Reivindicação dos direitos da mulher” tratando também dos direitos políticos. Nos Estados Unidos, em meio a luta pela abolição da escravidão, Susan Brownell Anthony e Elizabeth Cady Stanton, em 1851, lideraram uma organização feminina que se integrou à questão da abolição, ao mesmo tempo em que buscava a conquista do

¹COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Rio de Janeiro: **Revista Gênero**. v. 5, n. 2, 2005, p. 7.

²PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Coimbra: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, 2010, p. 29-40.

³TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3, 2018, p. 10.

⁴Ibid.

direito ao voto para as mulheres. Susan Brownell chegou a coletar 400 mil assinaturas que levaram a aprovação da 13ª emenda constitucional, que eliminou a escravidão do país. Após esta primeira vitória, Susan continuou na batalha pelo voto das mulheres e em 1869 obteve sua primeira conquista neste sentido no território autônomo de Wyoming. Embora outros estados-membros também tenham reconhecido este direito às mulheres posteriormente, a aprovação da emenda à constituição relativa ao voto feminino em todo território estadunidense só viria em 1919, 14 anos após a morte de Susan Anthony.⁵

No ano de 1893, a Nova Zelândia foi o primeiro país a reconhecer este direito em nível nacional às mulheres⁶. Em 1902, foi a vez da Austrália, seguida pela Finlândia em 1906⁷. Na América Latina, o Equador foi o precursor em 1929.⁸

Em âmbito nacional, o percalço histórico se inicia com a proclamação da independência do Brasil em 1822. Isto pois no Brasil-colônia, a Igreja era quem controlava o acesso à educação, reservando às mulheres o ambiente restrito dos afazeres domésticos e um estado de completa subjugação aos homens⁹. Com a Independência, o Brasil tornou-se uma monarquia isolada, por conta de interesses políticos, em meio às Repúblicas recentes da até então América Espanhola. Adotou-se um sistema parlamentar bicameral, com eleições indiretas para Câmara e Senado. A participação política era definida primordialmente por critérios econômicos.

Foi neste contexto em que foi outorgada, no ano de 1824, a primeira Constituição do país. Ficou estabelecido na Carta de 1824 que o direito ao voto seria baseado em critério de renda, sendo exigido uma renda mínima para ser eleitor: apenas homens com mais de 25 anos e com renda mínima de 100 mil réis eram considerados cidadãos. A Constituição era omissa em relação à mulher – havendo

⁵ARRUDA, Julia. **A mulher e os Direitos Políticos**. Coleção Comissões. Comissão da Mulher Advogada. V.10. Curitiba: OAB/PR, 2012, p.129.

⁶PARDO, Roselha.Gondin dos Santos. **Guerra dos sexos: a mulher venceu? Notas sobre a participação política da mulher no brasil**. Revista eletrônica EJE, nº 6, ano 2, 2012 p. 3. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-2/guerra-dos-sexos-a-mulher-venceu-notas-sobre-a-participacao-politica-da-mulher-no-brasil>>.Acesso em: 15 mar. 2018.

⁷Ibid.

⁸ARRUDA, Julia. **A mulher e os Direitos Políticos**. Coleção Comissões. Comissão da Mulher Advogada. V.10. Curitiba: OAB/PR, 2012, p.129.

⁹TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3,2018, p. 10.

uma única menção às mulheres para a tratativa de sucessão imperial¹⁰ - mas considerando que as mulheres naquela época não possuíam renda própria em decorrência da situação de restrição do papel feminino ao lar, é possível concluir por extensão que estas também estavam impossibilitadas de votar¹¹.

No ano de 1881, o Decreto nº 3.029 que ficou conhecido como “Lei Saraiva” instituiu o título de eleitor, estabeleceu eleições diretas para os cargos eletivos do Império e determinou o fim do direito ao voto para os analfabetos de forma indireta ao exigir que os eleitores escrevessem na cédula de voto¹². Os parlamentares brasileiros liberais radicalizaram o critério econômico, restringindo ainda mais os critérios de renda mínima para o voto e excluindo os analfabetos do direito ao voto, ignorando o fato do país contar com altos índices de analfabetismo à época.¹³ Ainda, desprezaram as diretrizes de Stuart Mill¹⁴, o maior nome do liberalismo à época, sobre a importância da extensão do direito a voto às mulheres.¹⁵ Havia uma clara contradição nos ideais da época: embora a política estivesse fortemente pautada por noções liberais, os políticos continuavam a negar o reconhecimento de direitos, sobretudo políticos, às mulheres brasileiras.

A “Lei Saraiva” acabou por reduzir drasticamente a participação popular no processo político, tendo em vista que a taxa de analfabetismo da época representava

¹⁰SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **Mulher, Direitos e Cidadania: Uma Reflexão a partir da História da Mulher no Brasil e da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ad69dbde4c12dfc>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹¹SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017, p. 893-918.

¹²FERRARO, Alceu Ravanello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva-1881**. Educ. rev., Curitiba, n. 50, p. 181-206, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602013000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹³LEÃO, Michele de. **Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema**. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), Porto Alegre, v. 4, n. 11, 2012, p. 602-615.

¹⁴Neste sentido, pontuou Stuart Mill que “o costume, por mais universal que seja, não permite qualquer presunção, e não deveria criar qualquer preconceito, a favor de sistemas que coloquem as mulheres em sujeição social e política aos homens.” Disponível em: MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, v. 7, n. 1, 2013, p. 16.

¹⁵FERRARO, Alceu Ravanello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva - 1881. **Curitiba: Educar em revista**, n. 50, 2013, p. 181-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602013000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2018.

cerca de 65,3% da população, segundo dados do Ministério da Educação.¹⁶ A situação da mulher à época era de dificuldades: embora tenha sido permitido que frequentassem instituições de ensino elementar a partir de 1827 e instituições de ensino superior em 1879, ainda era pequena a presença feminina nestes espaços pois eram vistas como transgressoras as primeiras mulheres a ocuparem esses locais, diante dos costumes e moral daquele tempo.¹⁷

Com a Proclamação da República em 1889, o engajamento das mulheres na luta pelo reconhecimento de seus direitos ganhou certa força.¹⁸ No âmbito dos direitos civis, vigoravam as Ordenações Filipinas – legislação de origem portuguesa e com forte influência medieval e patriarcal.¹⁹ No ano seguinte ao da Proclamação, foram iniciados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Os principais pontos a serem discutidos eram: o estabelecimento de um regime representativo, livre e democrático, o Presidencialismo e a forma de República Federativa ao país. Nomeou-se uma comissão formada por Americo Brasiliense de Almeida Mello, Antonio Luiz dos Santos Werneck, José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, Rangel Pestanha e Saldanha Marinho para elaborarem um projeto para a Constituição, que foi entregue em 30 de maio de 1890.²⁰

Foram apresentadas seis emendas para o reconhecimento do direito a voto para as mulheres, porém todas foram rejeitadas. Das propostas, nenhuma visava estabelecer o voto feminino universal, todas traziam algum recorte, seja pela formação, posse ou casamento.²¹

Os votos contrários ao voto feminino traziam em comum os mesmos argumentos: fragilidade física, fragilidade intelectual e a “necessidade” de resguardar

¹⁶SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017, p. 893-918.

¹⁷ NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, n. 29, 2007, p. 429-457.

¹⁸ SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **Mulher, Direitos e Cidadania: Uma Reflexão a partir da História da Mulher no Brasil e da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ad69dbde4c12dfc>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹⁹ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3, 2018, p. 10.

²⁰ KARAWECZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil** (c. 1850-1932). Porto Alegre, 2013. 398 f. Dissertação de Doutorado (especialização em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p 92.

²¹ Ibid., p 95.

seu papel como a responsável pelo lar, moral e família.²² Cita-se o voto do congressista Muniz Freire que afirmou que “essa aspiração se me afigura imoral e anárquica, porque, no dia em que a convertêssemos em lei pelo voto do Congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira”²³, e do deputado Pedro Américo que apontou que “a maioria do Congresso Constituinte, apesar da brilhante e vigorosa dialética exibida em prol da mulher-votante, não quis a responsabilidade de arrastar para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e angélica do gênero humano”.²⁴ No artigo 70 da Constituição de 1891²⁵, porém, a mulher acabou por não ser nominalmente excluída do direito ao voto, ficando estabelecido que seriam eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. De forma expressa, proibiu-se o voto a mendigos e analfabetos. Ainda que a eliminação do critério censitário tenha sido um grande avanço, não se tratava de uma universalidade do sufrágio.²⁶

Em 1910, surgiu o Partido Republicano Feminino como forma de organização das mulheres pelos direitos políticos, embora, paradoxalmente, estas não tivessem direitos políticos. A criação se deu por iniciativa da professora Leolinda de Figueira Daltro e a poetisa Gika Machado. Assim como várias outras mulheres, Leolinda requisitou alistamento eleitoral pautado na omissão constitucional da menção expressa a mulher no que se refere ao direito – ou exclusão- ao voto, mas teve seu pedido negado. Na mesma década, destaca-se também a figura de Berta Lutz no movimento feminista do país, responsável pela criação da Liga pela Emancipação

²² FERNANDES, Jorge Batista. A Constituinte de 1890-1891. A institucionalização dos limites da cidadania. Acervo. Rio de Janeiro: **Revista do Arquivo Nacional**, v.19, nº 1-2, 2006, p. 61.

²³ BRASIL. Câmara de Deputados. Annaes do Congresso Constituinte da Republica. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. Disponível em:< <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13596>>. Acesso em: 12 jan. 2018

²⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. **A história da luta pelo direito de voto das mulheres** Câmara, Brasília, DF, 2002.

²⁵ Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

²⁶ CAMPOS, Alex Machado. **Os Direitos Políticos nas Constituições de 1891 e 1934**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Brasília, 2007, p. 12.

Intelectual das Mulheres (LEIM) e que tinha como bandeira principal a luta pelo reconhecimento do voto feminino.²⁷

Apesar do movimento que crescia na sociedade em prol dos direitos das mulheres, o Código Civil de 1916 confirmou a condição de subordinação ao retirar a capacidade jurídica da mulher casada, deixando-a na mesma condição de relativamente incapazes, menores impúberes, silvícolas e pródigos²⁸.

Em 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado do país a reconhecer o direito a voto às mulheres, pautado na referida omissão constitucional, o que permitiu que algumas mulheres se alistassem eleitoralmente.²⁹ Na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, a candidata Luiza Alzira Teixeira Soriano foi eleita prefeita do município e se tornou a primeira prefeita da história do Brasil e da América do Sul.³⁰

Nacionalmente, o voto feminino só veio com o primeiro Código Eleitoral em 1932, de iniciativa do governo de Getúlio Vargas pelo Decreto nº 21.076, que também criou a Justiça Eleitoral. Dois anos após, Vargas promulgou a Constituição de 1934. Na Constituinte, havia uma única mulher: Carlota Pereira de Queirós, a primeira deputada do Brasil.³¹ Inspirada no novo constitucionalismo do pós-guerra³², esta Constituição trouxe os ideais de um constitucionalismo social. O voto feminino foi mantido nos parâmetros estabelecidos em 32: só poderiam votar as mulheres casadas que tivessem autorização dos maridos para tanto. Doutro lado, as solteiras e viúvas só poderiam votar ou serem eleitas se possuíssem renda própria. Nestes moldes, o voto ainda permanecia facultativo para a maioria das mulheres.³³

²⁷ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil** (c. 1850-1932). Porto Alegre, 2013. 398 f. Dissertação de Doutorado (especialização em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 121.

²⁸ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3, 2018, p. 10.

²⁹ SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017, p. 893-918.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² Trata-se do momento de surgimento dos direitos e garantias fundamentais de segunda dimensão, também chamados de direitos sociais e coletivos. A atuação estatal limitada cede espaço para a necessidade do Estado regular os direitos sociais. Mais informações em: WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo e crítica do constitucionalismo na América Latina. **Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, v. 9, 2011, p. 150-152.

³³ SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, p. 893-918, 2017.

Em 1937, houve o início do regime autoritário do Estado Novo, com o fechamento do Congresso Nacional. Foi extinta a Justiça Eleitoral, abolidos os partidos políticos existentes e foi estabelecida a eleição indireta para Presidente da República. Os avanços sociais trazidos pela Constituição de 1934 ficaram estagnados diante da situação, resultando, por conseguinte, em um impacto negativo nas conquistas do movimento feminista até então. Todavia, as mulheres continuaram a desempenhar suas funções conquistadas no meio político.³⁴

O fim do Estado Novo veio com a deposição de Getúlio Vargas. A Justiça Eleitoral foi reestabelecida pelo Decreto-Lei nº 7.856 de 28 de maio de 1945 - conhecido como Lei Agamenon- que também permitiu a candidatura múltipla. Foi dado fim à suspensão das eleições, bem como das inovações eleitorais antecedentes ao Estado Novo, como por exemplo, o voto obrigatório estabelecido anteriormente, em 1935.³⁵

A Constituição de 1946 fez um retorno aos avanços sociais trazidos pela Carta de 1934. Ao voto feminino não cabiam mais restrições. Contudo, ainda não havia uma expressiva participação política, tampouco o exercício dos direitos civis pelas mulheres era uma realidade.³⁶

No ano de 1950, foi criado o Código Eleitoral que, em que pese o reconhecimento constitucional do voto feminino, manteve uma diferenciação entre os gêneros ao estabelecer apenas o voto masculino como obrigatório.³⁷

Em 1962, outro produto da luta das mulheres em prol de seus direitos sobreveio: O Estatuto da Mulher Casada, que estabeleceu que a mulher casada passaria a ter capacidade plena aos 21 anos. A mulher passou à posição de colaboradora na sociedade conjugal, para além da posição de submissão – que, contudo, ainda coexistia. Ademais, passou a ser dispensável a necessidade de autorização marital para o trabalho e em caso de separação, a mulher poderia pedir a guarda dos filhos. Ainda, foram instituídos os bens reservados que consistiam nos

³⁴ VIEIRA, Martha Victor. **A trajetória do voto no Brasil: das eleições “a bico de pena” à biometria**. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, [S.l.], v. 5, n. 2, 2015.

³⁵ Ibid.

³⁶ SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017, p. 893-918.

³⁷ BITHIAH, Débora; RABAT, Márcio. **Palavra de mulher: oito décadas de direito de voto**. 2ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 59.

bens adquiridos pela mulher pelo esforço do seu trabalho e que não responderiam pelas dívidas do marido.³⁸

Em 1964, houve o Golpe Militar no Brasil. Enquanto o movimento feminista ganhava força na Europa e nos Estados Unidos, em um cenário de efervescência política e cultural nas décadas de 60 e 70, no Brasil, a questão central passou a ser a Ditadura.³⁹

A Carta de 1967, no que se refere aos direitos das mulheres, reafirmou a vedação a diferença salarial entre gêneros e estabeleceu a aposentadoria feminina com salário integral após 30 anos de contribuição. Em dezembro de 1968, adveio o Ato Institucional nº5 que simbolizou a radicalização autoritário no regime militar, ficando caracterizado principalmente pela suspensão dos direitos políticos, vindo a ser revogado apenas em 1978.⁴⁰

A década de 70 ficou marcada aos direitos das mulheres pela Lei do Divórcio, em 1977. Após vinte anos no Congresso, foi aprovada a Lei de nº 6.515/77 que estabelecia que o casamento poderia ser dissolvido após três anos de prévia separação judicial ou após cinco anos de separação comprovada em juízo.⁴¹

Ademais, o período ficou caracterizado por uma efervescência no movimento feminista. Em 1975, a ONU promoveu o Ano Internacional da Mulher. Em 1977, no Brasil, foi criada no Congresso Nacional, por iniciativa do senador Nelson Carneiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividades. O resultado veio a confirmar a condição de desigualdade e desrespeito em que se encontrava a mulher na sociedade brasileira. A CPI representou uma oportunidade até então inédita de exposição e debate dos níveis de discriminação contra a mulher. Discutiu-se, entre outras coisas, a questão da diferença salarial, a esterilização indiscriminada com verbas estrangeiras, questões trabalhistas como a demissão de mulheres grávidas.

³⁸ MIRANDA, Maria da Graça Gonçalves Paz. **O estatuto da mulher casada de 1962**. Porto Alegre, 2013, 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura). Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 31.

³⁹ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3, 2018, p. 10.

⁴⁰ SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017 p. 893-918.

⁴¹ BRASIL. Lei de nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 dez. 1977.

Efetivamente, porém, foram irrisórias as políticas públicas que fossem de encontro aos anseios das mulheres.⁴²

Em 1985 iniciou-se a chamada Nova República, que pontuou o fim do regime militar, e a década de 80 ficou marcada pelo ar da redemocratização que permeava o país, com a convocação de uma Assembleia Constituinte para o ano de 1987. É importante destacar nesta toada a figura da Bancada do Batom: tratava-se de um grupo formado pelas mulheres constituintes articuladas para conseguirem inserir na Constituição os direitos que correspondiam às demandas históricas das mulheres brasileiras. Desta reunião, surgiu a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes que tinha como premissas principais a participação política igualitária e a liberdade no âmbito da vida civil.⁴³

A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. As deputadas constituintes organizaram um bloco, em uma atuação suprapartidária e independente de diferenças ideológicas, o que garantiu a aprovação de boa parte das demandas do movimento. Consequentemente, a Constituição Federal de 1988 acabou se tornando um marco na luta pela igualdade de direitos para a mulher. A situação jurídica da mulher passou a ser pautada pelo conceito de sujeito de direito e, embora já presente desde 1934 na Constituição, o princípio da isonomia pela primeira vez traduziu-se em instrumento para a igualdade de direitos entre homens e mulheres.⁴⁴

Contudo, no decorrer dos anos seguintes ao da promulgação da Constituição de 1988, verificou-se que a igualdade material, sobretudo no campo da política, entre homens e mulheres ainda estava longe de ser efetivada, sobrevivendo a necessidade de fomentar políticas afirmativas dentro do sistema proporcional para as eleições que permitissem concretizar os direitos assegurados à mulher na Constituição Cidadã.⁴⁵

Nesse contexto, em 1995, veio a Lei nº 9.100 - aplicada somente nas eleições municipais de 1996- que estabelecia a reserva de no mínimo vinte por cento das vagas

⁴²ZIRBEL, Ilze. **A caminhada do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao Ano Internacional da Mulher. IV Seminário Internacional de Iniciação Científica**, 1998, p. 10. Disponível em:< www.geocities.ws/izirbel/Movimentomulheres.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁴³AMANCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, 2013, p. 72-85. Disponível em:< <http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/444/244>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

⁴⁴SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. **Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição**. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). **CAD 20 anos: Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017, p. 893-918.

⁴⁵Ibid.

de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres. Porém, a mesma lei permitia que os partidos registrassem até 120% dos lugares a preencher, tendo sido então as cotas realocadas de modo a não “prejudicar” as candidaturas masculinas, não provocando, portanto, significativas alterações.⁴⁶ Ainda, em 1997, a Lei nº 9.504, que ficou conhecida como Lei das Eleições, trouxe regras gerais para dar fim à necessidade de uma nova lei a cada eleição. Ficou determinado que cada partido deveria reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para cada sexo. A problemática, porém, persistia no uso do termo “reservar”, o que não expressa uma obrigatoriedade ou uma sanção para o não cumprimento das cotas, do mesmo modo que novamente houve um aumento das candidaturas, para 150% dos lugares a serem preenchidos, diluindo as candidaturas femininas.⁴⁷

Em 2009, houve uma nova tentativa de criação de um sistema de cotas que permitisse a inserção efetiva das mulheres na política. Foi criada a Lei nº 12.034 que alterou a Lei de 1997 ao trocar o termo “reservar” pelo “preencherá”. Contudo, a persistência de ausência de previsão de sanções para aqueles que não cumprirem o disposto na lei permitiu que as cotas continuassem a não serem aplicadas de maneira profícua.⁴⁸

Atualmente, o Congresso Nacional conta com 51 deputadas federais, dentre os 513 parlamentares. Destas 51, apenas três se declaram negras, desvelando também uma deficiência na representação política no aspecto étnico-racial. Nas eleições de 2018, foram eleitas 50% mais mulheres para o Congresso Nacional do que no pleito de 2014.

1.2 Direitos Reprodutivos

Os direitos reprodutivos estão intrinsecamente ligados à luta das mulheres pela igualdade de gênero. Pautada nas relações sociais de poder entre homens e mulheres, a busca pelo fim da opressão da mulher traz como uma de suas bandeiras

⁴⁶RAMOS, Luciana de Oliveira. **Os Tribunais Eleitorais e a Desigualdade de Gênero no Parlamento: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política?**. São Paulo. 2015, Tese de Doutorado em Direito do Estado. Universidade de São Paulo.

⁴⁷SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. Cotas de gênero na política: Entre a história, as urnas e o parlamento. Belém: **Revista Gênero e Direito**. v. 4, n. 3, 2015, p. 12-14.

⁴⁸Ibid.

principais o direito das mulheres de poderem decidir sobre seu próprio corpo.⁴⁹ Neste sentido, conceitua Miriam Ventura que os direitos reprodutivos consistem no “direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição”.⁵⁰

A contribuição da conceituação do campo dos direitos reprodutivos é inegável sobretudo para a viabilização das demandas dos movimentos feministas. A partir da tomada de consciência da sociedade destes direitos, surgiram políticas e programas de saúde na tentativa de serem instrumentos estratégicos para a tomada de poder da mulher sobre seu próprio corpo, conforme se demonstrará adiante. O panorama histórico dos direitos reprodutivos revela que há uma grande dificuldade na separação entre a noção da prática sexual e a finalidade de reprodução, ocupando o instituto um papel central nas discussões sobre estruturas de poder pautadas no gênero.⁵¹

Partindo de uma perspectiva cronológica, o ponto inicial se dá em 1948, quando houve a adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos pela ONU. Os direitos humanos passaram a ser caracterizados pela sua universalidade e indivisibilidade e deu-se início a um sistema de proteção aos direitos humanos em âmbito global. A dignidade humana passa a ser vista como fundamento dos direitos humanos e, por conseguinte, a titularidade de direitos passa a ser intrínseca à condição de sujeito. Além disso, os direitos civis e políticos começaram a ser vistos também em correlação com os direitos sociais, culturais e econômicos.⁵²

Adiante, em 1968, no Irã, adveio a primeira referência oficial a noção de direitos reprodutivos na Declaração Final da I Conferência Internacional de Direitos Humanos, ao estabelecer aos pais o direito de decidir sobre a quantidade de filhos, bem como o direito à informação para pautar este poder de decisão. No Decênio da Mulher, em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, que entre várias

⁴⁹ ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e Cidadania reprodutiva. São Paulo: **Estudos Feministas**, v.1, n.2, 1993, p.382-393.

⁵⁰ VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. 3ª edição, 2009, p. 19.

⁵¹ ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e Cidadania reprodutiva. São Paulo: **Estudos Feministas**, v.1, n.2, 1993, p.382-393.

⁵² MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**,. São Paulo, v. 5, n. 8, 2008, p.60-83

propostas, estabeleceu o direito à igualdade de homens e mulheres nas decisões sobre reprodução.⁵³

Durante o I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã no ano de 1984, foi consolidado expressamente o termo direitos reprodutivos como o mais adequado representante da pauta de autodeterminação reprodutiva da mulher.³⁸ Surgiu, portanto, da luta pela equidade entre os gêneros e a dissociação da figura da maternidade como obrigação da mulher. Assim, veio à tona também neste cenário a busca pela anticoncepção e a concepção de aborto como direitos das mulheres.⁵⁴ Ainda em 1984, no México, durante a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, o planejamento familiar passou a ser tido como obrigação dos governos no sentido de fornecerem condições para seu acesso universal.⁵⁵

Porém, foi na década de 90 que os direitos reprodutivos e os direitos sexuais⁵⁶ foram consagrados. Em 1994, durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, 184 países reconheceram pela primeira vez os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Esta conferência simbolizou um marco na luta pela conquista de direitos das mulheres, sobretudo em relação à capacidade da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. Foi a primeira vez que a saúde sexual e reprodutiva da mulher, bem como seus direitos reprodutivos, esteve entre os aspectos principais de um acordo desta proporção.⁵⁷

A partir de então, o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação de lugares de atuação da mulher passaram a ser compreendidos como fatores

⁵³ XAVIER, Anna Karina; ROSATO, Cassia Maria. Mulheres e Direitos: Saúde Sexual e Reprodutiva a Partir das Conferências da ONU. **Revista Ártemis**, v. 21, nº 1, 2016, p. 116-130.

⁵⁴ RAMOS, Sílvia. O papel das OnG's na construção da política de saúde: a AIDS, a saúde da mulher e a saúde mental. Rio de Janeiro: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, 2004, p.1067-1078.

⁵⁵ MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012, p. 107-119.

⁵⁶ Ressalta-se, nesta toada, que o recorte no presente trabalho está focado antes nos direitos reprodutivos, pois prima por uma concepção crítica do direito da mulher de escolher como e se quer exercer a maternidade, o que embora não dissociado de forma absoluta dos direitos sexuais, encontra-se em um patamar distinto de especificidade do que o englobado pela esfera da autonomia sexual. Mais informações em: SCHIOCCCHET, Taysa. Marcos normativos dos direitos sexuais: uma perspectiva emancipatória. **Biodireito e Gênero. Ijuí: Editora Unijuí**, 2007.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Regina; PAULA, Sílvia Helena Bastos de. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos: o Poder Judiciário deve garantir o acesso à contracepção de emergência. In: Keinert TMM, Bastos de Paula SH, Bonfim JRA, organizadores. **As ações judiciais no SUS e a promoção do direito saúde**. São Paulo: Instituto de Saúde, p.119-126, 2009.

fundamentais para a qualidade de vida.⁵⁸ Assim, a saúde reprodutiva passou a ser considerada um direito humano que também se traduz num elemento imprescindível para o alcance da igualdade de gênero.⁵⁹ Ademais, durante a Conferência do Cairo, foram estabelecidas três metas que deveriam ser alcançadas até 2015: o acesso universal a serviços de saúde reprodutivo, inclusive de planejamento familiar; a redução da mortalidade infantil e materna e o acesso à educação, sobretudo para as meninas.⁶⁰

Embora significativos os avanços conquistados na Conferência do Cairo, cogente ressaltar que as metas estabelecidas ainda encontram resistência para se concretizarem, principalmente pela insuficiência de recursos em alguns países e o crescimento de movimentos conservadores contrários ao estabelecido na Conferência.⁶¹

Em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. Esta Conferência foi além do enfoque dos direitos humanos geral pois tratou de forma específica da condição da mulher enquanto sujeito titular destes direitos. Sua importância foi tamanha que, de acordo com a Divisão da ONU para Mulheres, esta foi a Conferência de maior relevância dentre as Conferências das Mulheres.⁶²

O grande avanço pela Conferência de Pequim se deve ao fato de que a relação da mulher com a sociedade passou a ser analisada a partir do conceito de gênero e do reconhecimento das relações de poder entre homens e mulheres. Foi consolidada a ideia de que para as mulheres conquistarem e usufruírem de pleno direito sua cidadania e a condição de sujeito de direito havia a necessidade de uma reestruturação da sociedade a nível estrutural.⁶³ Dessa forma, os direitos das mulheres foram reafirmados como direitos humanos na Conferência de Pequim. A igualdade de

⁵⁸ MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012, p. 107-119.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ VERCH, Alessandra Gisele Fagundes. **Direitos sexuais e reprodutivos, vias de parto e assistência à gestação: “vamos fazer cesária, mamãezinha?”**. Porto Alegre, 2013, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 35.

⁶¹ XAVIER, Anna Karina; ROSATO, Cassia Maria. Mulheres e Direitos: Saúde Sexual e Reprodutiva a partir das Conferências da ONU. **Revista Ártemis**, v. 21, nº 1, 2016, p.116-130.

⁶² Ibid.

⁶³ CHACHAM, Alessandra Sampaio. Direitos sexuais, direitos de gênero: novos desafios conceituais e políticos. In: MAYORGA, Cláudia; Prado, Marco Aurélio Máximo (Orgs.). **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p.143-155.

gênero passa então a ser considerada uma questão de interesse da sociedade pois se provou necessária para uma melhoria de forma universal.

Foram identificadas doze áreas de preocupação na Declaração da IV Conferência, quais sejam: o crescente número de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade para acesso à educação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a questão da violência contra a mulher; os conflitos armados e seus efeitos sobre a mulher; a desigualdade na participação da mulher nas atividades e estruturas econômicas, bem como ao acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação política e nas instâncias de decisão; a escassez de mecanismos institucionais para promoção da mulher; a problemática na proteção e promoção dos direitos da mulher; o problema do estereótipo sobre a mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acessos a esses meios; a desigualdade de participação da mulher na tomada de decisões concernentes a proteção do meio ambiente e de recursos naturais e a necessidade de proteção específica e promoção dos direitos da menina.⁶⁴

A partir desta Conferência, surgiu a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim que estabeleceram um conjunto de objetivos voltados para os problemas nas doze áreas mencionadas. Buscou-se orientar governos e a sociedade para a criação de políticas voltadas a promoção da igualdade e para evitar discriminação da mulher. Foi também a partir da Conferência de Pequim que o conceito de gênero assumiu posição de destaque.⁶⁵ O conceito de gênero serviu como pano de fundo para a análise das questões relacionadas ao poder, pois afasta-se de uma teoria pautada sobretudo no aspecto biológico para se aproximar de uma conceituação que passa a considerar a relação entre homem e mulher como o resultado de um conjunto de fatores e padrões enraizados sócio culturalmente.⁶⁶ Os direitos reprodutivos na Declaração de Pequim sobressaem a partir da questão do direito de tomar decisões relativas à reprodução livre de qualquer forma de violência, coação ou preconceito. Além disso, a Declaração estabeleceu que os pais sejam responsáveis com as necessidades dos filhos já nascidos ou que venham a nascer, do mesmo modo com

⁶⁴ VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**, 2006, p. 15-25.

⁶⁵ XAVIER, Anna Karina; ROSATO, Cassia Maria. Mulheres e Direitos: Saúde Sexual e Reprodutiva a partir das Conferências da ONU. **Revista Ártemis**, v. 21, nº 1, 2016, p.116-130.

⁶⁶ Ibid.

as obrigações da vida em comunidade. Em relação aos direitos sexuais, ficou estabelecido que deve haver liberdade para decisão e pontuou-se a necessidade de haver igualdade entre homens e mulheres também no que diz respeito às relações sexuais e à reprodução.⁶⁷

O Brasil enquanto signatário das Conferências alhures explanadas assumiu o compromisso de promover políticas e programas nacionais baseados nas necessidades para a implementação efetiva dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como para a proteção destes direitos. A Constituição Federal de 1988 trouxe como premissa fundamental o respeito e a garantia dos direitos humanos que, como já dito, abarcam os direitos sexuais e reprodutivos, embora estes não estejam de forma expressa e especificada no texto constitucional no rol de direitos fundamentais. A defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais se tornou uma das premissas centrais da ordem constitucional nacional. Assim, a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao tema se tornou um dever do Estado.

Até o fortalecimento do crescimento populacional durante a década de 80, a concepção pró-natalista guiava o ordenamento jurídico brasileiro de modo absoluto. O aborto, por exemplo, no Código Penal, que data do ano 1940, é tratado como crime nas hipóteses de prática voluntária, sendo atualmente permitido apenas nos casos de gravidez resultante de estupro, de riscos à vida da mãe e se o feto for anencéfalo⁶⁸. Ainda, até 1979, o acesso a meios contraceptivos só era permitido nos casos em que a gravidez representasse risco à saúde da mulher, com a exigência obrigatória de indicação médica para tanto. A partir da Lei Federal nº 6.734, de 1979, o uso destes meios por livre decisão passa a ser permitido, restando apenas a proibição dos meios abortivos.⁶⁹

Desde 1983, os direitos reprodutivos estão presentes ainda que implicitamente em políticas públicas brasileiras, sendo o Programa de Assistência Integral à Saúde

⁶⁷ FIGUEIREDO, Regina; PAULA, Silvia Helena Bastos de. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos: o Poder Judiciário deve garantir o acesso à contracepção de emergência. In: Keinert TMM, Bastos de Paula SH, Bonfim JRA, organizadores. **As ações judiciais no SUS e a promoção do direito saúde**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009, p.119-126.

⁶⁸ Embora não contasse no texto original do Código Penal de 1940, em 2012, a hipótese para os casos em que o feto é anencéfalo foi incluída após o STF julgar procedente a ADPF 54, declarando a inconstitucionalidade da tipificação da conduta nas hipóteses de proibição previstas no Código Penal.

⁶⁹ VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. 3ª edição, 2009, p. 79.

da Mulher (PAISM) este marco inicial⁷⁰, com influência do movimento feminista e tendo definido os campos mais carentes de atenção na área da saúde, rompeu com a lógica de intervencionismo no corpo da mulher e estabeleceu o acesso a meios reversíveis de contracepção.⁷¹ Com a implementação do PAISM, métodos anticoncepcionais passaram a ser ofertados pelo Ministério da Saúde, mediados pelos municípios, o que perdurou até 1997, quando esta oferta passou a ser descentralizada entre os entes federativos.⁷²

Outrossim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 226, §7º, a responsabilidade do Estado em relação ao planejamento familiar. Nesta toada, em 1996, foi sancionada a Lei nº 9.623 que regulamenta o planejamento familiar no país e definiu como planejamento familiar “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”⁷³. Entre os pontos estabelecidos, pontua-se a garantia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de assistência e acesso a meios de concepção e contracepção, do acompanhamento pré-natal, da assistência ao puerpério, parto e neonato e de meios de controle de doenças sexualmente transmissíveis. Destaca-se, nesta toada, que até a aprovação da referida lei, os métodos contraceptivos cirúrgicos, como laqueadura, eram compreendidos pelo Conselho Federal de Medicina como crimes de lesão corporal, caso não houvesse indicação médica atestada por, no mínimo, dois médicos.⁷⁴

Ainda no tocante à legislação de planejamento familiar, necessário faz-se desvelar alguns pontos controvertidos. Sob o ponto de vista da autonomia reprodutiva, garantida como princípio fundamental dos direitos reprodutivos⁷⁵, estes pontos ficam ainda mais evidentes. Isto pois a lei fixou a idade mínima de 25 anos para o acesso à esterilização cirúrgica, bem como impôs a necessidade de consentimento expreso

⁷⁰ MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012 p. 107-119.

⁷¹ TEMPORAO, José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, 2012 p. 21-23.

⁷² VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. 3ª edição, 2009, p. 19.

⁷³ BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 1996.

⁷⁴ VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. 3ª edição, 2009, p. 82.

⁷⁵ Ibid., p. 96.

dos cônjuges para a realização do procedimento de esterilização, tolhendo, por conseguinte, a liberdade de escolha.⁷⁶

Ademais, o governo brasileiro aderiu ao “Estatuto de Roma”, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que incluiu entre os crimes contra a humanidade, a escravidão sexual, a gravidez e a esterilização forçada⁷⁷. Já em 2004, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) com o objetivo de garantir os direitos das mulheres no que concerne ao direito à saúde, incorporando a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como ampliou o acesso aos meios de assistência, promoção e prevenção de saúde, promovendo desse modo melhorias nas condições de vida.⁷⁸ Os avanços presentes no PNAISM envolvem a consideração dos recortes dentro da realidade de gênero, considerando as mulheres negras, indígenas e lésbicas em intersecções de atuação. Ademais, trouxe a noção da humanização do atendimento, sobretudo a partir da perspectiva da desigualdade de gênero.⁷⁹

Mais recentemente, destaca-se o lançamento das Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal, lançada em 2017 pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de tornar a mulher mãe a protagonista do parto, oferecendo as condições adequadas de alimentação, anestesia e tratamento para tanto, evitando, deste modo, intervenções médicas agressivas e desnecessárias. Ainda em 2017, enfatiza-se a Portaria nº 3.615, que dispõe sobre a ampliação da oferta ao Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre no SUS.

⁷⁶ TEMPORAO, José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, 2012 p. 21-23.

⁷⁷ Ibid. p. 42.

⁷⁸ MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012 p. 107-119.

⁷⁹ TEMPORAO, José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, 2012, p. 21-23.

2. A MITIGAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, REPRODUTIVOS E SEXUAIS DAS MULHERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

Ao longo deste capítulo, objetiva-se apresentar formas de mitigação dos direitos das mulheres no âmbito dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos, bem como demonstrar como a afronta a estes direitos é decorrente de um problema estrutural da sociedade brasileira, o que acaba por interliga-los, sendo todos sintomáticos da situação de desigualdade e sub-representação na qual vive a mulher. Apesar dos avanços constitucionais trazidos pela Carta de 1988, a mudança efetiva ainda é irrisória. A questão da mulher na sociedade vai adiante pois envolve questões de poder, subordinação e dominação intrínsecas à lógica da organização estatal.

A busca pela equidade entre os sexos e o respeito aos direitos das mulheres perpassam o reconhecimento dos padrões de gênero construídos historicamente, o que demonstra a complexidade da questão. Assim, a luta pelos direitos das mulheres, a partir da perspectiva de gênero, exige a compreensão dos papéis sociais, econômicos, políticos e culturais que vêm sendo reservados às mulheres.⁸⁰ Nesta toada, cogente destacar o apontado por Pierre Bourdieu de que até mesmo as mudanças e os avanços no que se refere às mulheres ainda estão limitadas aos parâmetros do modelo tradicional patriarcal, o que impede a participação ativa e a efetividade dos seus direitos.⁸¹

Ensina Luis Felipe Miguel que enquanto o homem adentra a esfera política dotado de soberania sobre si mesmo, ou seja, com a possibilidade de atuação autônoma na arena política, a mulher tem uma soberania condicional, sobretudo no que se refere ao direito sobre seu corpo, se tornando este um instrumento para um fim alheio ao da sua autonomia da vontade.⁸² Numa menção à Anne Phillips, Miguel explica que a incorporação da mulher à política partiu da relação direta com a figura materna, enquanto aos homens ficou resguardada a imagem de trabalhadores. Neste

⁸⁰ KONTZE, Karine Brondani; AQUINO, Quelen Brondani de. O contrato sexual e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. **Revista Barbarói**, v. 42, 2014, p. 202-214. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/5557/3869>>. Acesso em 22 mar. 2018.

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 118.

⁸² MIGUEL, Luis Felipe. **Aborto e democracia**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 20, nº 3, 2012, p. 657-672. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000300004&lng=pt&nrm=i>. Acesso em 23 mar. 2018.

ponto, aduz o autor o perigo das concepções enraizadas na sociedade para avanços posteriores.⁸³ Partindo desta compreensão, é imperiosa a investigação sobre as formas como os direitos das mulheres no âmbito político e reprodutivo vêm sendo desrespeitados, sobretudo a partir da ótica estrutural sobre o tema.

2.1 A violência institucionalizada em face dos direitos reprodutivos da mulher

Desde a década de 60, o feminismo vem reunindo esforços para a quebra na condição de subordinação da mulher na vida em sociedade. Embora desde o século XIX já exista uma reivindicação pela liberdade sexual, foi a partir da referida década que a luta por acesso a métodos contraceptivos, pela opção de escolha pela maternidade e de autonomia sobre o corpo ganhou força.⁸⁴

A luta pela emancipação feminina no que se refere aos direitos reprodutivos tem expressão na defesa de que a mulher possa decidir de maneira autônoma e livre, enquanto ser humano racional e independente, dentro de uma sociedade democrática. Neste sentido, Leticia Kreuz esclarece que as restrições aos direitos sexuais e reprodutivos acabam por permear as desigualdades de gênero, sendo inaceitável que o corpo da mulher seja usado para uma finalidade pois ela é um fim em si mesma.⁸⁵

A partir da análise de situações sistemáticas de afronta aos direitos reprodutivos, busca-se um plano de fundo para exposição do desrespeito à mulher enquanto sujeito de direito, sobretudo no que se refere ao seu direito ao corpo.

No âmbito dos direitos reprodutivos, a violência obstétrica enquanto um tipo de violência de gênero é emblemática, pois, embora ocorra em um ambiente tão privado como o da sala de parto, representa um problema de saúde pública.⁸⁶ A questão da violência obstétrica atravessa o problema da mulher sobre seu corpo e o esforço pelo fim das desigualdades de gênero. Não se limita à busca pela responsabilização dos

⁸³ Ibid.

⁸⁴ KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Crime e pecado: o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Curitiba, 2016, 235 f. Dissertação de Mestrado (Setor de Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná. p. 214.

⁸⁵ Ibid. p. 72.

⁸⁶ GIL, Suelen. Tavares. Breve análise sobre a violência obstétrica no Brasil. In: XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, 2015, Campina Grande, Paraíba. **Anais Gênero e Sexualidade XI**. Campina Grande: Realize Eventos e Editora, v.1, 2015.

profissionais, mas envolve também políticas públicas e de saúde que restituam à mulher o domínio sobre seu corpo, a partir de uma escolha consciente.⁸⁷

Conforme ensinamento de Suelen Tavares Gil, a violência obstétrica se constitui em uma força de apropriação do corpo das mulheres, bem como do processo reprodutivo, pelo profissional de saúde em um trato desumanizado, marcado, sobretudo, pela visão e tratativa patológica de um processo que é natural, restringido a autonomia da mulher de decidir livremente sobre sua sexualidade e corpo.⁸⁸ No Brasil, uma em cada quatro mulheres confirmam terem sofrido algum tipo de violência durante o parto.⁸⁹ Ademais, embora 66% das mulheres tenham optado pelo parto normal no início da gravidez, apenas 59% tiveram respeito o seu direito de escolha e receberam orientação adequada para a internação do parto.⁹⁰ Além disso, cerca de 56% dos partos são cesarianas, em via contrária à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que no máximo 15% dos partos sejam cesarianas. Na rede privada, este número aumenta para 88% dos partos.⁹¹

Recentemente, verificou-se um movimento crescente de organizações em defesa da mulher e dos direitos humanos para pressionar o Poder Legislativo do país para que fossem adotadas medidas diante do alto índice de violência obstétrica no Brasil, o que resultou na elaboração das Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal, em 2017, pelo Ministério da Saúde.⁹²

Adiante, no tocante à questão do aborto, imperioso destacar o processo de redemocratização do país como marco que deu maior visibilidade ao tema, pois a nova ordem constitucional criou condições para elaboração de novas normas e políticas públicas neste sentido, bem como permitiu a ampliação do debate.⁹³

De acordo com o apontamento de Luis Felipe Miguel, o direito ao aborto se mostra como uma necessidade para que as mulheres tenham acesso pleno à esfera

⁸⁷ VERCH, Alessandra Gisele Fagundes. **Direitos sexuais e reprodutivos, vias de parto e assistência à gestação: “vamos fazer cesária, mamãezinha?”**. Porto Alegre, 2013, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 42.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ “VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Ed.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 112.

⁹⁰ “**Nascer no Brasil – Inquérito sobre parto e nascimento**”. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. Dados disponíveis em: > <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/><. Acesso em 01 abr. 2018.

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid.

⁹³ ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese**. São Paulo: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, 2006, p. 369-374.

política.⁹⁴ Aduz o autor que a tratativa do aborto no campo político, diferentemente do senso comum, não está delimitada a uma posição política ideológica. Contudo, não se ignora a ausência deste tema nas plataformas eleitorais muito provavelmente por medo dos candidatos de perderem apoio, colocando o direito ao aborto a mercê da questão moral e dos costumes.⁹⁵ Nesta toada, aduz que “a teoria feminista procura ressaltar a transcendência da questão. Ela envolve a possibilidade de autonomia plena de cerca de metade do *demos*, isto é, a soberania da mulher em relação ao seu corpo”.⁹⁶

Neste seguimento, cogente destacar o apontado por Leticia Kreuz de que o aborto visto sob a ótica da moralidade é uma preocupação do movimento feminista.⁹⁷ A ótica central, aponta autora, deve ser a defesa do domínio da mulher sobre o próprio corpo, o que envolve também a possibilidade de escolha sobre a maternidade⁹⁸. Kreuz destaca que “a lei penal restritiva não impede a prática, apenas impõe uma ameaça. Ela serve para manter o aborto na clandestinidade, impondo um recorte de classe em que as ricas pagam e as pobres morrem”.⁹⁹

Por fim, aponta-se para a questão da esterilização enquanto método de contracepção permanente. Estefania Maria de Queiroz Barbosa e Raquel Dias da Silveira elucidaram o tema ao analisar os dados colhidos pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde e verificarem, que, em 1996, o índice de esterilização de homens no país foi de 2,4%, em oposição ao número de 40,1% de esterilizações de mulheres.¹⁰⁰ Nesse sentido, as autoras pontuaram que:

Verifica-se ainda que a responsabilidade pela contracepção e pela gravidez não é partilhada pelo casal, mas atribuída somente à mulher, embora casada. No entanto, quando se tenta

⁹⁴ MIGUEL, Luis Felipe. **Aborto e democracia**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 20, n° 3, 2012, p. 657-672. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000300004&lng=pt&nrm=i>. Acesso em 23 mar. 2018.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Crime e pecado: o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Curitiba, 2016. 235 f. Dissertação de Mestrado (Setor de Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná. p. 28.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid. p. 214.

¹⁰⁰ BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; SILVEIRA, Raquel Dias da. Políticas contra a discriminação de gênero. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 11, n. 46, 2011, p. 97-114.

discutir amplamente a legalização do aborto, a voz das mulheres não é ouvida.¹⁰¹

Logo, diante do exposto, conclui-se que para as mulheres a liberdade de escolha no tocante à maternidade é restrita, restando o peso de um determinismo biológico¹⁰² pelo qual são responsáveis e não podem se esvaír, enquanto para os homens a posição paterna tende a ser vista como um “acidente biológico”¹⁰³.

2.2. A baixa representatividade e as ações afirmativas de gênero na política brasileira

Após o processo de redemocratização do país, não se ignorando ainda a contribuição dos movimentos feministas desde a década de 60, foi possível verificar no Brasil a incorporação da noção da desigualdade de gênero à atuação governamental.

De acordo com Joaquim Barbosa, a desigualdade de gênero no Brasil é sintomática de uma sociedade marcada pela tradição patriarcal.¹⁰⁴ A Constituição de 1988 procurou, neste sentido, não apenas reunir esforços e parâmetros para abolir a discriminação em aspecto formal, mas também estruturou instrumentos para que isso ocorresse efetivamente.¹⁰⁵

Entre os resultados destes novos parâmetros constitucionais, no âmbito da política estão as leis nº 9.100 de 1995 e nº 9.504 de 1997, que estabeleceram cotas mínimas de candidatas mulheres nas eleições. As mencionadas leis enquanto ações afirmativas simbolizam um reconhecimento estatal da existência do problema da desigualdade de gênero.¹⁰⁶

Para compreensão da baixa representação das mulheres nos parlamentos, é imprescindível a tomada de consciência do conceito de dominação masculina. Na

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² KREUZ, Leticia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018, p. 2. Disponível em: < <http://online.unisc.br/acadnet/anaais/index.php/snpp/index> >. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹⁰³ KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Crime e pecado: o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Curitiba, 2016. 235 f. Dissertação de Mestrado (Setor de Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná

¹⁰⁴ GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em direito constitucional e internacional**. Rio de Janeiro, v. 10, 2000, p. 10. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31989-37507-1-PB.pdf> > Acesso em: 22 mar. 2018.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ibid., p. 17.

obra *A dominação Masculina*, Pierre Bourdieu elucida o tema a partir de uma perspectiva de dominação enquanto uma violência simbólica. Neste sentido, Bourdieu esclarece que a relação de desigualdade entre os gêneros está pautada em um poder mascarado e enraizado no modo de compreensão de mundo.¹⁰⁷

A dicotomia entre homem e mulher vem apensada a um problema estrutural de uma subordinação feminina fortalecida por valores e conceitos já inerentes à sociedade, o que conduz a uma aceitação inconsciente dos grupos dominados. De acordo com o ensinado por Bourdieu, o ambiente político também é marcado pela dominação masculina¹⁰⁸. Neste sentido, aduz que:

Dizer de uma mulher de poder que ela é "muito feminina" não é mais que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder.¹⁰⁹

Assim, a participação das mulheres na política e, por conseguinte, a lei de cotas ainda esbarram numa cultura política marcadas pelas tradições patriarcais, não se ignorando ainda, o clientelismo que caracteriza o cenário eleitoral do país, conforme explica Lourdes Carmo Moreira. De acordo com Moreira, estas características influenciam os resultados modestos alcançados pela introdução das cotas.¹¹⁰

Um possível caminho de mudança, consoante esclarecimento de Moreira, pode estar na elaboração de políticas públicas para combate à discriminação e promoção de igualdade. Nesta toada, a autora destaca que a representação de maneira específica e consciente da mulher enquanto representante de outras mulheres nos espaços de poder se constitui como potencial forte instrumento de desconstrução de desigualdade¹¹¹.

Consoante o ensinado por Clara Araújo no que se refere à cultura política no Brasil, denota-se uma dificuldade de compreensão e, sobretudo, de incorporação de valores como cidadania e participação dentro de um contexto democrático.¹¹²Explicita

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 118.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ MOREIRA, Lourdes Carmo. As mulheres nos espaços de decisão política: há mulheres nos espaços de decisão política. Niterói: **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. 2009. p. 10.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² ARAUJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 231-252.

Araújo que, em entrevistas feitas com dirigentes partidários, políticos e candidatos, foi possível concluir – com pequenas variações de acordo com o perfil ideológico e o gênero do entrevistado- algumas características do tratamento de gênero dentro da cultura política: primeiramente, a noção de “concessão” em relação às cotas, como se constituíssem menos uma conquista e mais um favor às mulheres, e, doutro lado, a ideia de que as cotas surgem como algo que não precisa ser efetivado e obedecido de fato, mas que apenas devem cumprir expectativas formalmente, como tantas outras lei no Brasil.¹¹³

Nesta toada ainda, outro aspecto problemático são as chamadas “candidatas laranja”. Em 2016, mais de 16 mil candidatos terminaram a eleição sem ter recebido um voto sequer. Desse total de candidatos sem votos, 14.417 eram mulheres e apenas 1.714 eram homens.¹¹⁴ O Brasil está na 152ª posição no ranking de representatividade feminina na Câmara dos Deputados de um total de 192 países.¹¹⁵ Neste sentido, Sandra Duarte de Souza explica que “a morosidade na aprovação de projetos voltados para a promoção da plena cidadania feminina e as ações de obstrução das propostas submetidas são indicadores de que as mulheres não têm sido prioridade no fazer político da Câmara dos Deputados”.¹¹⁶

Esclarece Clara Araújo que o sistema de representação proporcional, adotado pelo Brasil para as eleições do Poder Legislativo, é apontado por vários estudos em uma correlação com uma maior representação das mulheres, bem como mais propício para a adoção de cotas¹¹⁷. No sistema de representação proporcional brasileiro, há uma lista aberta de candidatos, onde o eleitor escolhe um, e um quociente eleitoral mínimo que deve ser alcançado para que um partido tenha direito à representação.¹¹⁸

Ensinam Juliana Freitas e Lorraine Coelho que, contudo, a legislação eleitoral do país voltada para a redução das desigualdades entre os gêneros não tem cumprido

¹¹³ ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 231-252.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Dados disponíveis em:< <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>>

¹¹⁶ DE SOUZA, Sandra Duarte. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, 2015.

¹¹⁷ ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos feministas**, 1998, p. 71-90

¹¹⁸ Ibid.

seu objetivo.¹¹⁹ A representatividade feminina continua pequena. Para as autoras, há uma evidente inconstitucionalidade na tratativa das políticas públicas voltadas para a promoção da mulher na sociedade pois não há representatividade suficiente para o debate e, por conseguinte, não há respeito à democracia.¹²⁰ Não há políticas públicas adequadas e efetivas para a participação das mulheres nos Poderes Legislativos e Executivo.¹²¹

Assim, as cotas políticas eleitorais, ao mesmo tempo em que se apresentam como instrumento fundamental para promover uma maior e melhor participação política da mulher, não têm se concretizado em uma efetiva diminuição da sub-representação de gênero na política. A gravidade do panorama decorre da constatação de que a importância da participação na política de forma direta não se limita ao exercício de seus direitos políticos, após tanta luta conquistados, mas também se traduz em capacidade de influência no processo de decisões políticas.¹²²

Mais recentemente, o Senado Federal aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 98 de 2015. Ficou estabelecido que nas eleições para Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmaras Legislativa e Municipais, assegurou-se a eleição mínima de membros de cada sexo em 10%, 12% e 16%, para a primeira, segunda e terceira legislatura, respectivamente, em um período de três legislaturas consecutivas. Ademais, determinou que se não for alcançado o percentual mínimo, o último candidato eleito do gênero majoritário deverá ser substituído pelo mais votado do gênero minoritário, para os partidos que atingirem o quociente eleitoral.¹²³

Apontam Salgado, Guimarães e Monte-Alto que se aprovada pela Câmara dos Deputados, a referida PEC levaria o Brasil a um padrão em que há a reserva de um número de assentos para as mulheres nas casas legislativas, com a diferença de que não seriam assentos fixos mas sim estabelecida uma porcentagem mínima, além de

¹¹⁹ FREITAS, Juliana Rodrigues; COELHO, Lorraine Ferreira. Eleições municipais 2016: a esperança da representatividade feminina nas casas parlamentares das capitais dos estados brasileiros, transformada em frustração diante da inoperância do sistema de cotas no âmbito eleitoral. Recife: **Revista de Estudos Eleitorais**, n. 1, 2017, p. 221-222.

¹²⁰ Ibid. p. 221.

¹²¹ Ibid.

¹²² BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

¹²³ SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. Cotas de gênero na política: entre a história, as urnas e o parlamento. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 3, 2015, p. 4. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/25973/14453>> Acesso em: 24 mar. 2018.

durar por três legislaturas. Porém, os autores chamam atenção para o fato de que o objetivo de uma política pública adequada e efetiva deveria ser a redução de sua necessidade ao longo do tempo, justamente por conta da referida efetividade, o que vai ao oposto da lógica da proposta das três legislaturas consecutivas com porcentagens crescentes.¹²⁴

2.3 Uma análise da PEC 181: Quando a política dos homens e os direitos reprodutivos das mulheres se encontram

A expressão máxima dos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras no ordenamento jurídico do país reside na problemática do aborto. Dada a dificuldade de compreensão da mulher enquanto sujeito autônomo – sobretudo no que se refere ao corpo – e a forte influência dos setores conservadores no Congresso Nacional, o tema é recorrente. Propostas como o Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei nº 6.150 de 2005), que visava à proteção jurídica do direito à vida desde a concepção mas acabou arquivado, e o Projeto de Lei nº 5.069 de 2013, que veda o anúncio de meios abortivos e, conforme pontuado por Leticia Kreuz, foi produzido a partir de uma concepção do aborto como “meio de controle populacional, não um direito que reflete o controle da mulher sobre seu próprio corpo”¹²⁵, sobrepujam sobre projetos como o Projeto de Lei nº 882 de 2005, que estipula a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez, o que demonstra a prevalência de um ativismo pró-nascimento no cenário político do país.¹²⁶

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 181 de 2015, de autoria do Senador Aécio Neves (PMDB), constitui exemplo simbólico da tratativa negligente dada aos direitos reprodutivos das mulheres na política brasileira, sendo ainda sintomática da necessidade de uma maior participação feminina na política enquanto instrumento de efetivação dos direitos destas.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ KREUZ, Letícia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018. p. 7. Disponível em: < <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/index>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹²⁶ Ibid., p. 4-8.

O texto da PEC 181 visava originalmente ampliar a licença maternidade de 120 para 240 dias às mães de prematuras.¹²⁷ A medida veio após o nascimento dos filhos gêmeos do Senador de forma prematura em 2014. A PEC foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal por unanimidade, inclusive com apoio da bancada feminina, em meados de 2015. Na Câmara, teve a aprovação de sua admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC,) em maio de 2017, de forma unânime mais uma vez.

Contudo, a propositura foi manejada de má fé e passou a incluir também em seu texto a proposta para que a vida passe a ser protegida e inviolável desde a concepção após uma manobra do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), relator designado¹²⁸. Em 28 de março de 2017, a Comissão especial destinada à análise do mérito da proposição reuniu-se para apresentação do Roteiro de Trabalho com a inclusão de duas alterações à PEC, para adicionar a expressão “desde a concepção” ao texto dos artigos 1º e 5º da Constituição Federal:

Art. 2º. Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 1º da Constituição Federal: (...) Art. 1º (...) III – dignidade da pessoa humana, **desde a concepção**;

(...) Art. 3º. Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 5º da Constituição Federal: (...)

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida **desde a concepção**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (grifo nosso).

É nesta toada que ocorre a modificação do Projeto: a Comissão Especial executou um desvio de objeto. Os trabalhos da Comissão então se voltaram à definição do início da vida, de forma absolutamente diversa do objeto inicial da

¹²⁷BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Emenda Constitucional nº 181 de 15 de dezembro de 2015. Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 2015.

¹²⁸ A justificativa dada no voto do relator para o desvio no tema foi de que “justamente a proteção dispensada ao prematuro, no sentido de assegurar-lhe a convivência com a família após o período de restabelecimento médico-hospitalar, indica uma orientação calcada em nossa tradição cultural e jurídica intimamente ligada à proteção da vida ainda no ventre materno”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1586817&filename=Parecer-PEC18115-16-08-2017>

proposição sob análise, que pretendia a ampliação da licença maternidade por nascimento prematuro do bebê.

Após essa modificação, a PEC passou a ser conhecida como “Cavalo de Troia”, em alusão ao mito do gigantesco cavalo de madeira que os gregos teriam dado a Troia como um presente, mas estava cheio de soldados gregos escondidos em seu interior, o que permitiu a vitória grega na guerra, do mesmo modo que a PEC 181/2015 se constituiu inicialmente no reconhecimento de um direito de fundamental importância para as mulheres e acabou se tornando mais uma afronta aos já tão desrespeitados direitos das mulheres.

A PEC passou pela Comissão Especial na data de 20 de novembro de 2017 e foi aprovada por 18 votos, diante de um voto contra da única mulher que compunha a Comissão. Gilberto Nascimento (PSC), Leonardo Quintão (PMDB), Givaldo Carimbão (PHS), Mauro Pereira (PMDB), Alan Rick (DEM), Sóstenes Cavalcante (DEM), Jorge Tadeu Mudalen (DEM), Marcos Soares (DEM), Pastor Eurico (PHS), Antônio Jácome (PODE), João Campos (PRB), Paulo Freire (PR), Jefferson Campos (PSD), Joaquim Passarinho (PSD), Eros Biondini (PROS), Flavinho (PSB), Evandro Gussi (PV) e Diego Garcia (PHS) votaram a favor, diante do voto contra da deputada Erika Kokay (PT).

Caso seja aprovada a emenda, as mulheres brasileiras não terão direito a aborto sequer nas hipóteses de estupro, risco de morte da mãe e no caso de feto anencefalo, conforme permitido atualmente no ordenamento jurídico do país. Ressalta-se, nesta toada, que pela natureza de Emenda Constitucional, a aprovação também vedaria medidas legislativas favoráveis à descriminalização do aborto, bem como decisões do Supremo Tribunal Federal neste sentido.¹²⁹

O que era para ser uma ampliação de um direito das mulheres acabou por se tornar uma luta para não haver mais um retrocesso no que se refere à defesa dos direitos reprodutivos femininos. A imagem dos 18 deputados comemorando a aprovação em Comissão Especial é emblemática: é o perfeito retrato da posição de sub-representação em que a mulher brasileira se encontra.

¹²⁹ KREUZ, Letícia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018, p. 2. Disponível em: < <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/index>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

O Estado laico, garantido constitucionalmente, encontra-se esmiuçado pela instrumentalização de valores que refletem a sociedade patriarcal e retrograda brasileira, sendo moeda de troca nas instituições representativas. Disto resulta uma confusão entre religião e Estado que constitui uma afronta em diversos setores de direitos humanos. No caso das mulheres, fica ainda mais evidente a marginalização feminina no processo de tomada de decisão política. Neste sentido, cogente destacar o apontado por Naara Luna sobre políticas de restrição do exercício dos direitos reprodutivos das mulheres no sentido de que “medidas de controle social para evitar que a mulher pratique o aborto nos casos permitidos por lei são exemplos que demonstram a recusa por certos grupos sociais da possibilidade de autonomia feminina “.¹³⁰

¹³⁰ LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, 2014 p. 83-109.

3. NOVAS DIRETRIZES PARA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

A luta das mulheres pela conquista de espaço nos âmbitos de poder exigiu uma adaptação destas a estruturas que foram organizadas por homens e para homens, pautadas em uma lógica misógina e patriarcal.

Neste sentido, Carole Pateman, em sua obra “O Contrato Sexual”, expôs a crítica à ideia de contrato social, demonstrando que o contrato social tem dentro de si também a faceta de contrato sexual enquanto aquele que exprime a relação de dominação dos homens sobre as mulheres. Pateman aduz que a ideia do contrato social traz uma noção de liberdade, de como o indivíduo abdica do seu estado natural para viver em sociedade civil, de forma livre. Contudo, essa alegoria acaba por negligenciar a faceta sexual do contrato.¹³¹ Ensina a autora, em sua crítica à teoria clássica do contrato, que é justamente do contrato sexual que sobrevêm o direito político dos homens sobre as mulheres, tendo sido o aspecto do poder que os homens exercem sobre as mulheres negligenciado pela teoria clássica.¹³²

Ainda, na concepção capitalista de patriarcado, o homem é o dono do capital e o sobretrabalho recai sobre a mulher. A partir da noção de divisão sexual do trabalho, compreende-se uma organização sociocultural de molde patriarcal, com base nos papéis de gênero, ordenada pela subordinação e exploração das mulheres pelos homens. Assim, as esferas públicas ficariam reservadas aos homens e às mulheres caberiam os papéis da vida doméstica.¹³³

A subordinação de gênero não se expressa apenas no modo de divisão de tarefas, mas também nos critérios de divisão e qualificação do trabalho. Há uma lógica de distribuição de responsabilidades na sociedade que independe das vontades das pessoas e é sexista, classista e racista.¹³⁴ Neste seguimento, Simone de Beauvoir evidenciou a problemática ao pontuar que “a mulher tem ovários, um útero; eis as

¹³¹ PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 35.

¹³² Ibid.

¹³³ MONTEIRO, Maurício Gentil; DE CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. **Mulheres na Política: Reflexões sobre as Lutas Identitárias X Sociedade Patriarcal Capitalista**. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 2, n. 2, p. 207-223, 2016. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/1676>>

¹³⁴ CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, 2001, p. 201-213.

condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas”.¹³⁵

Diante do reconhecimento de uma dinâmica social pautada na discriminação entre os gêneros, é imperioso considerar este lugar de subordinação e sub-representação da mulher ao analisar seu lócus social. Sobre o assunto, Taysa Schiocchet ensina que a crescente preocupação com grupos socialmente vulneráveis – dentre os quais, pode-se incluir as mulheres - “representa a necessidade de individualizar os sujeitos sociais com os quais as ciências e, sobretudo, o Direito, tendem a tratar de forma universal e abstrata.”¹³⁶

Nesta toada, cogente destacar o ensinado por Iris Marion Young ao teorizar sobre representação política e minorias, asseverou que “ativistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres.”¹³⁷ Argumenta a autora que é imperativo “pluralizar tal representação”¹³⁸ no sentido de que uma única mulher, à título de exemplo, em um cenário político não tem o potencial de abarcar as diferenças que perpassem o gênero do mesmo modo que um grupo de mulheres, por isso a necessidade de recrudescimento de mulheres na política.¹³⁹ Ainda, Young aponta que grupos sociais diferentes possuem diferentes compreensões de mundo e das relações sociais, o que influencia nas decisões, dando espaço para decisões imprudentes ou injustiças.¹⁴⁰ É justamente a partir deste entendimento que se justifica a defesa de mais mulheres, e não apenas mais representação para as mulheres por homens, no contexto das decisões políticas.

A partir da compreensão de necessidade de desnaturalizar a ausência de mulheres nos espaços de poder, é que se parte para a defesa de novas diretrizes enquanto guias da participação das mulheres brasileiras na política.

3.1 A importância da teoria feminista na participação da mulher na política

¹³⁵ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. vol. 1: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

¹³⁶ SCHIOCCHET, Taysa. Marcos normativos dos direitos sexuais: uma perspectiva emancipatória. **Biodireito e Gênero**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 1.

¹³⁷ YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Revista **Lua Nova**, n. 67, 2006, p. 35.

¹³⁸ Ibid., p. 37.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Ibid.

Desde a década do final da década de 60, o movimento feminista, enquanto expoente da luta pela liberdade das mulheres, tem-se destacado, com seus marcos iniciais, sobretudo, nos Estados Unidos e na Europa.¹⁴¹ As mulheres começaram a se organizar de forma articulada com o objetivo comum de terem seus direitos reconhecidos enquanto mulheres, bem como de terem respeitada a igualdade entre os gêneros. Neste sentido, Laís de Araújo Moreira destaca que o grande mérito do movimento feminista reside no fato de que “afirmaram para o mundo que as mulheres são sujeitos políticos, erguendo a bandeira da igualdade de gênero, revolucionaram os direitos e garantias, valorizaram a diversidade e a pluralidade sem hierarquias”.¹⁴²

No panorama mundial, costuma-se dividir a história do feminismo em dois grandes momentos. O primeiro momento data do final do século XIX e ficou caracterizado pelas reivindicações no que concerne aos direitos civis e políticos. Já o segundo grande marco ocorreu no momento pós Segunda Guerra Mundial e voltou-se para a pauta do direito ao corpo e a liberdade sexual, bem como atentou-se para o reconhecimento das relações de poder entre homens e mulheres.¹⁴³

No Brasil, o movimento feminista possui três grandes ondas.¹⁴⁴ O marco inicial deu-se na metade do século XIX, simbolizando pelo esforço para o reconhecimento do direito ao voto às mulheres. Era ainda conservador no sentido de que englobou mulheres das classes médias e altas, sem, contudo, questionar as relações de poder.¹⁴⁵ O segundo momento do feminismo brasileiro veio em meio ao período da ditadura militar e foi caracterizado, de forma semelhante a segunda onda mundial, no sentido de que questionava o poder masculino e as questões da sexualidade. Já o terceiro ponto temporal do feminismo no Brasil se dá com o processo de redemocratização, com uma aproximação entre o movimento feminista e o Estado –

¹⁴¹ PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010

¹⁴² MOREIRA, Laís Araújo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro. **Revista Gênero & Direito**, v. 5, n. 1, 2016.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010

o que se traduziu em políticas públicas – e a principal bandeira passa a ser a inclusão das mulheres nos processos de poder e nos espaços públicos.¹⁴⁶

Diante do panorama histórico, ressalta-se a importância do movimento feminista no reconhecimento de direitos a mulheres no ordenamento jurídico brasileiro em vários momentos da história do país. Contudo, em que pese o decorrer do tempo, a igualdade entre os sexos, centro da luta feminista, continua aquém do desejado. Do ponto de vista da legislação, faz-se crítica ao caráter formal da defesa da mulher, pois embora haja um significativo aparato legislativo para assegurar a igualdade e o respeito a mulher, há uma deficiência de observação destas normas. Ainda, a baixa participação feminina nas esferas de poder se mantém, inclusive diante da legislação de cotas.¹⁴⁷ Sobre o movimento, ensinam Claudia Bragança Pedro e Olegna de Souza Guedes que “trata-se, entretanto, de um movimento que não se consolida à revelia da construção do conceito de gênero, uma conquista das mulheres, mas sim na consolidação das mulheres enquanto sujeitos sociais e protagonistas de sua história.”¹⁴⁸

Iris Marion Young evidenciou o papel do ativismo ao diferenciar a democracia deliberativa, enquanto aquela em que as partes do conflito político debatem entre si e buscam um acordo comum a todos, da democracia ativista como aquela em que há desconfiança em relação à deliberação pois compreende-se que há influência das desigualdades estruturais nas decisões, de tal modo que o processo deliberativo acaba favorecendo os agentes mais poderosos.¹⁴⁹ Nesta toada, a autora aponta para a necessidade do exercício de oposição crítica e ativa, como busca por uma decisão justa, dentro do conceito de democracia ativista, pois a deliberação com quem já detém majoritariamente o poder só mantém o status quo.¹⁵⁰

Isto posto, evidencia-se assim a importância da lógica feminista nos processos de tomada de decisões políticas, no sentido de que considera o problema estrutural que sustenta a desigualdade de gênero.

¹⁴⁶ MOREIRA, Lais Araujo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro. **Revista Gênero & Direito**, v. 5, n. 1, 2016.

¹⁴⁷ PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ YOUNG, Iris Marion. Activist challenges to deliberative democracy. **Political theory**, v. 29, n. 5, 2001.

¹⁵⁰ Ibid.

3.2. Possíveis soluções a partir do direito comparado

Ao longo desta subseção, pretende-se analisar experiências de outros países no que se refere aos direitos políticos e tomadas de decisões relacionadas aos direitos reprodutivos como meio de busca para soluções a serem trazidas para a realidade brasileira. Buscou-se observar os direitos políticos a partir de um recorte focado na experiência das cotas em outros países e, em relação aos direitos reprodutivos, o recorte deu-se a partir da investigação do processo decisório em países que descriminalizaram a prática do aborto.

Cogente destacar que, em que pese muitos desses países venham de uma experiência democrática e maturidade histórica muito distante da brasileira, trata-se de uma investigação com o objetivo de traçar possíveis aspectos norteadores para o problema da desigualdade de gênero no Brasil. No que se refere às cotas, conforme já explanado anteriormente, no Brasil são adotadas cotas para candidaturas de mulheres desde 1995 para eleições municipais. A partir de 1997, as cotas foram estendidas para todas as eleições proporcionais e fixaram a reserva de no mínimo 30% das vagas e no máximo 70% para cada sexo nas listas partidárias.

Pontua Clara Araújo que a grande maioria dos países com legislação nacional sobre cotas são latino-americanos. Na Europa, continua Araújo, estão as mais bem-sucedidas experiências de cotas partidárias e, contudo, apenas a Bélgica possui legislação a nível nacional.¹⁵¹

Um aspecto que destoa nos países latino americanos é a trajetória recente de redemocratização em muito destes, constituindo democracias menos consolidadas, mas que tiveram a participação das mulheres neste processo de redemocratização. Outro ponto relevante é a questão de que não há apenas a problemática no número de ingresso por gênero, mas também deve-se voltar os olhos para as condições gerais que marcam o processo eleitoral: os aspectos culturais e sociais do país, a organização do movimento feminista, bem como o sistema político e eleitoral.¹⁵²

Sobre o sistema de representação eleitoral, é sabido que este influencia diretamente o acesso das mulheres ao poder político. Os sistemas de representação majoritária se mostram menos favoráveis à participação feminina, enquanto os

¹⁵¹ ARAÚJO, Clara. **Novas demandas por inclusão política - as experiências das mulheres com as políticas de cotas no Brasil.** Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7032.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

¹⁵² Ibid.

sistemas mistos tendem a ser pouco favoráveis. Doutro lado, os sistemas proporcionais mostram-se mais favoráveis, sobretudo ao analisar os mandatos legislativos.¹⁵³

Importante destacar que o Brasil adota o sistema proporcional, o que, como visto, seria um ponto favorável. Contudo, indo adiante na análise do sistema proporcional, é importante destacar que há a influência de outros fatores: os partidos podem eleger vários candidatos num mesmo distrito eleitoral, quantidade que será definida a partir da magnitude e votação deste partido no distrito, porém, conforme pontua Clara Araújo, quando a magnitude do distrito – quantidade de candidatos que a região pode eleger – é pequena, o sistema proporcional mostra-se menos favorável às mulheres. Ademais, o sistema de composição e votação também influencia.¹⁵⁴

Ainda no tocante ao sistema proporcional, há uma relação entre o tipo de lista eleitoral e o acesso das mulheres ao poder político. As listas consistem na forma como os partidos estruturam as candidaturas e os eleitores irão votar. Na lista fechada, há uma hierarquia pré-estabelecida de candidatos e o eleitor vota na lista por completo, como se fosse um voto no partido. Doutro lado, a lista flexível, ou semifechada, traz a possibilidade de alterar essa hierarquia, ou seja, há uma ordem de prioridade estabelecida pelos partidos, mas os eleitores podem alterá-la na votação. Por último, a lista aberta consiste na organização de um conjunto de candidatos do partido e o eleitor vota no candidato, sem ter que escolher obrigatoriamente um partido, que é a opção adotada no Brasil.¹⁵⁵

As listas fechadas ou flexíveis mostram-se mais propícias a uma maior participação feminina na política quando há uma inserção de mulheres na lista pelos partidos. Isto pois a lista aberta favoreceria uma condição de individualização nas candidaturas que muitas vezes dependeria da exclusão de outros candidatos do mesmo partido.¹⁵⁶

Há, porém, o caso destoante da Finlândia, que adota a lista aberta e está entre os cinco países com maior participação de mulheres no Parlamento, sendo possível

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ KRAMER, Josiane Caldas. Quando as mulheres vão para a política? Brasil e Finlândia. **Revista Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 3, 2016 p. 303-323.

¹⁵⁶ Ibid.

que tenha também influenciado a consolidada cultura política do país e a boa organização do movimento de mulheres.¹⁵⁷

Na Bélgica, a adoção da lista flexível em conjunto à legislação sobre cotas, desde 1993, sofreu alterações devido a dinâmica entre os dois fatores. Inicialmente, havia apenas a reserva para mulheres, sem, contudo, estabelecer um regramento para a organização interna dos nomes partidária no que se refere às mulheres. Assim, as mulheres dependeriam da sua capacidade de influência dentro do partido. Neste sentido, as candidatas eram alocadas na base das listas, acabando por não preencherem a cota de reserva. Por essa razão, em 1995, ficou estabelecida uma cota mínima maior, após pressão dos movimentos organizados de mulheres, e o índice de eleitas passou de 12% para 23% em 1999.¹⁵⁸

Como já pontuado, a eficácia da política de cotas também depende da cultura do país e sua consolidação democrática. Isto é facilmente perceptível ao analisar o caso latino americano.

Na Argentina, ficou estabelecido que as listas que não preencherem as cotas serão invalidadas e, ainda, estipulou um modo de organização interna das listas que determina uma alternância na ordem da lista conforme os percentuais de homens e mulheres nas disputas, o que acaba com a colocação de mulheres na base da lista que dificulta a eleição.¹⁵⁹

No caso da Bolívia, país que aparece no segundo lugar mundial na porcentagem de mulheres ocupantes de cargos no poder legislativo nacional¹⁶⁰, há uma lei eleitoral que estabelece cotas para o poder legislativo. No país, 53,1% da Câmara dos Deputados é composta por mulheres. Ficou estabelecido que deve haver um número igual de homens e mulheres nas listas partidárias, de candidatos principais e suplentes, para Câmara e Senado. Se houver número ímpar, deve-se dar prioridade às mulheres. Ainda, há a previsão de sanções legais em caso de descumprimento, o

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada. São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, v. 64, n. 2, p. 40-44.

¹⁵⁹ BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 35-60, 1989.

¹⁶⁰ ONU MULHERES. Ranking Mulheres na Política. Disponível em:<<https://beta.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

que é um ponto interessante de comparação à lei brasileira que sofre fortes críticas pela ausência de penalidades estimulantes aos que descumprirem as cotas.¹⁶¹

Em Cuba, país que ocupa a terceira posição no ranking mundial acima mencionado¹⁶², com 48% das cadeiras da Assembleia Nacional ocupadas por mulheres, embora não haja informações oficiais de que há uma política de cotas, denota-se que há mecanismos de controle da representatividade das mulheres, com uma preferência às mulheres na Comissão de Candidatos. Intui-se que o Partido Comunista cubano orienta a sua atuação neste setor conforme a necessidade de ajuste da composição de gênero em algum órgão eleitoral.¹⁶³

No México, já na Constituição Federal ficam estabelecidas regras para que os partidos políticos instituam mecanismos que promovam a igualdade de gênero no momento de escolha dos candidatos. No que se refere à legislação eleitoral, foi determinado que os partidos políticos devem assegurar no mínimo 40% das candidaturas para cada gênero. Ainda, também se verificam sanções legais

O México alcançou a sétima posição no ranking de 2016, com uma porcentagem de 42,4% de representantes mulheres da Câmara dos Deputados e 33,6% de mulheres no Senado. O Artigo 41 da Constituição Federal afirma que os partidos políticos devem desenvolver regras que promovam a paridade de gênero na nomeação de seus candidatos, tanto para eleições federais quanto locais. A legislação eleitoral, por sua vez, garante que os partidos políticos devem assegurar que pelo menos 40% de seus candidatos sejam do mesmo gênero. Além disso, o país possui sanções legais em caso de descumprimento, sendo concedido um prazo para que corrijam suas listas ou do contrário, a lista é invalidada. Por fim, em 2014, houve uma emenda constitucional que, para além da paridade na lista dos candidatos, deve haver também alternância entre homens e mulheres.¹⁶⁴ O resultado foi posto em prova nas eleições de 2018, quando o percentual de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados chegou a 49,2% do total de eleitos.¹⁶⁵

¹⁶¹ CAMPOS, Barbara Lopes; TOLLEDO, Luisa Novais. **Poder e igualdade de gênero: Políticas de cotas para mulheres nos países da América Latina**. Mosaico, v. 7, n. 11, p. 148-173,

¹⁶² ONU MULHERES. Ranking Mulheres na Política. Disponível em: <<https://beta.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

¹⁶³ CAMPOS, Barbara Lopes; TOLLEDO, Luisa Novais. Poder e igualdade de gênero: Políticas de cotas para mulheres nos países da América Latina. Mosaico, v. 7, n. 11, p. 14

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Especialistas veem paridade de gênero no Congresso mexicano como exemplo positivo para o Brasil. [S.l.]: **Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/especialistas-veem->

Nesta toada, é possível concluir que o resultado das cotas é influenciado por outros fatores como cultura política e social do país, bem como os sistemas eleitorais. Assim, há a exigência de uma mudança estrutural na sociedade, a fim de que se criem condições efetivas de equidade para as mulheres. Ainda, nota-se dos exemplos da Bolívia e México, a importância dos mecanismos de sanção legais e efetivos em casos de descumprimento das leis, aspecto que sofre bastante crítica na realidade brasileira pela sua ausência.

Além da deficiência na participação feminina no processo político, há os problemas subsequentes, pois, a distância entre as mulheres e o espaço de tomada de decisões constitui uma barreira para o reconhecimento de muitos direitos às mulheres. É neste cenário que reside a problemática da descriminalização do aborto, ponto a ser analisado a seguir enquanto representante da causa dos direitos reprodutivos. A tratativa de direitos das mulheres por homens brancos, de classes mais altas, que representam interesses diversos – quando não contrários – às pautas feministas, como se verificou no caso da PEC 181 alhures apresentado, resulta em um Brasil ausente de políticas públicas que atendam aos anseios de uma parcela de mais da metade da população, que são as mulheres, mas que – direta e proporcionalmente – estão deficientemente representadas nos processos políticos.

Cogente destacar novamente a importância do movimento feminista no que concerne à conquista de direitos reprodutivos. No continente europeu, denota-se uma tendência de legalização do aborto, em que pese a tentativa salutar dos movimentos conservadores que vem ganhando força na Europa.

À título de análise, chama atenção o caso português. Isto pois a descriminalização do aborto ocorreu de forma tardia quando comparado aos demais países europeus que, embora com tratativas diferentes, já reconheceram este direito às mulheres nas décadas de 1970 e 1980. No caso português, em 2007, após um referendo popular em que 59% da população votou a favor da descriminalização do aborto, ficou estabelecida a possibilidade de as mulheres abortarem até a décima semana de gestação, inclusive podendo ser o procedimento realizado na rede pública.¹⁶⁶

paridade-de-genero-no-congresso-mexicano-como-exemplo-positivo-para-brasil-22866964>. Acesso em: 08 ago. 2018.

¹⁶⁶ MONTEIRO, Rosa. A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. **Análise Social**, n. 204, p. 586-605, 2012.

Entre os possíveis fatores que explicam o tempo de decisão deste direito no país, pode-se citar o fundamentalismo religioso, bem como os 48 anos de ditadura enfrentado pelos portugueses, o que afastou do país a movimentação vanguardista dos anos 60 e 70 que influenciou a Europa, bem como o resto do mundo, de modo semelhante ao que aconteceu no Brasil.¹⁶⁷

Em 1998, houve em Portugal um referendo popular sobre o aborto, que diante de uma forte campanha da Igreja Católica, resultou na vitória do não. A partir de 2004, o movimento pela legalização da prática ganhou forças. Houve uma campanha pela despenalização da prática que recolheu mais de 120 mil assinaturas para que se realizasse um novo referendo. À época, estava à frente do governo de coligação de direita que também contava com a maioria das cadeiras na Assembleia da República – órgão semelhante ao Congresso. O governo recuou ao argumento de que havia sido feito um acordo pré-eleitoral que impedia qualquer alteração na lei do aborto até 2006, ano do fim da legislatura.¹⁶⁸

O debate se fortaleceu ainda mais quando, ainda em 2004, um barco da organização holandesa “Women on Waves”, uma organização sem fins lucrativos para defesa dos direitos das mulheres incluindo o aborto, teve a sua entrada barrada por parte do governo português, o que gerou uma comoção na sociedade.¹⁶⁹ Em 2005, o Partido Socialista conquistou nas eleições legislativas a maioria das cadeiras do Parlamento e se comprometeu a alterar a legislação sobre o aborto após a realização de um novo referendo, o que resultou na descriminalização no ano de 2007.¹⁷⁰

Em relação à realidade latino-americana, cogente destacar o apontamento feito por Estrella Gutiérrez de que “a América Latina continua sendo um reduto contra o direito das mulheres decidirem sobre sua gravidez, apesar de a maioria de seus governantes proclamar-se progressista.”¹⁷¹ Neste sentido, passa-se a análise do caso do Uruguai, segundo país a descriminalizar o aborto na região, após Cuba. Em

¹⁶⁷ TAVARES, Manuela. A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto. / n: C. Ockrent (Ed.) **O Livro Negro da Condição das Mulheres**, Edições Temas e Debates, Lisboa, 2007, p. 384-394.

¹⁶⁸ MONTEIRO, Rosa. A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. **Análise Social**, n. 204, 2012 p. 586-605.

¹⁶⁹ TAVARES, Manuela. A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto. / n: C. Ockrent (Ed.) **O Livro Negro da Condição das Mulheres**, Edições Temas e Debates, Lisboa, 2007, p. 384-394.

¹⁷⁰ MONTEIRO, Rosa. A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. **Análise Social**, n. 204, p. 586-605, 2012.

¹⁷¹ GUTIERREZ, Estrella. **Moeda de pacto e de poder**. Caracas: IPS, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecafeminista.web2239.uni5.net/biblioteca/wpcontent/uploads/2017/04/abortopoder.154.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

2012, ficou permitida a prática no país em qualquer circunstância até a décima segunda semana de gestação e, em caso de estupro, até a décima quarta semana.

É necessário destacar que o movimento feminista uruguaio se mostra organizado desde o começo do século XX, disperso entre movimentos sindicais, autônomos ou políticos. De toda forma, a organização permitiu que as pautas feministas fossem consideradas pelo Estado.¹⁷²

A discussão em relação ao aborto ganhou força no país na década de 90. O movimento feminista estruturou-se de modo a colocar o aborto como um problema de saúde pública, indo além do argumento do direito ao corpo e autonomia. Esta noção de uma perspectiva a partir da saúde pública foi endossada e ganhou forças com o apoio de grupos de direitos humanos e organizações médicas. Deste modo, o aborto passou a ganhar centralidade nas questões públicas a partir da análise da saúde coletiva. Apesar da resistência das Igrejas, a tratativa do tema do modo explanado conduziu a um consenso para a maioria da população pela despenalização da prática.¹⁷³

Nesta toada, um fator contrastante com a realidade brasileira é o fato de que os setores religiosos não estão organizados em frentes parlamentares no país, sendo o Uruguai caracterizado por um elevado grau de secularismo. Doutro lado, destaca-se a importância da sociedade civil em uma frente organizada pela descriminalização da prática no reconhecimento deste direito.¹⁷⁴

Mais recentemente, é possível citar ainda o caso chileno. No país, até 2017, não havia qualquer hipótese de permissão para o aborto. O Tribunal Constitucional aprovou a lei em um placar apertado – seis a quatro –, descriminalizando o aborto nas hipóteses de estupro, má formação do feto e risco de vida da mãe. O direito ao aborto no caso chileno foi, na verdade, uma reconquista. Isto pois, em 1989, a ditadura de Augusto Pinochet proibiu a prática que até então era permitida nas mencionadas hipóteses legais.¹⁷⁵

Do mesmo modo que o caso uruguaio, houve também uma forte campanha da Igreja Católica contra a aprovação da descriminalização da prática. Ademais, ressalta-

¹⁷² OLIVEIRA, Inayara de. **Democracia e aborto: as disputas acerca da descriminalização no Brasil e no Uruguai**. 2016. 65 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 35-60, 1989.

se que o tema retomou força na sociedade chilena desde a campanha presidencial, em 2013, da ex-presidente Michelle Bachelet, que havia colocado a descriminalização da prática entre uma de suas propostas, sendo endossada por uma consistente mobilização do movimento feminista no país.¹⁷⁶

Deste modo, é possível concluir que o aborto ainda constitui um grande tabu na realidade latino-americana, sendo que, embora a força dos setores conservadores no âmbito político tenha se mostrado de forma articulada e imbatível, é inegável a importância de um movimento feminista organizado no território.

Nesta toada, debruça-se sobre o caso argentino. No dia 9 de agosto de 2018, o Senado argentino recusou a proposta de legalização do aborto no país em um placar de 38 votos contrários e 31, favoráveis. Cogente destacar, nesta toada, que esta foi a vez em que a pauta pela legalização do aborto chegou o mais perto de ser concretizada. A proposta era permitir a prática até a 14ª semana de gestação e, ainda, ampliar o prazo para as hipóteses de má formação do feto, estupro e risco de vida para a mãe – atualmente, apenas é permitida a prática para os dois últimos casos. Anteriormente na Câmara dos Deputados, o texto foi aprovado por 129 votos favoráveis diante de 121 votos contrários. Mesmo perante a oposição da igreja católica, e em que pese a derrota final no Senado, o movimento feminista argentino foi imprescindível para o impulsar o processo decisório. Isto pois foi através da capacidade de articulação deste movimento que a concepção do aborto enquanto um problema de saúde pública ganhou força e a necessidade, conjuntamente, de educação sexual, acesso a contraceptivos e aborto para a possibilidade de decisão passa a ser inclusa na discussão da saúde pública, evidenciando a importância de um movimento feminista articulado no país.¹⁷⁷

3.3 Perspectivas para o futuro

O Brasil vem enfrentando um momento de efervescência institucional e de grandes embates democráticos. Contudo, isto tem sido acompanhado de um fortalecimento dos setores conservadores, o que se estende às bancadas do

¹⁷⁶ KLOCK, Gabriel Klemz; LIXA, Ivone Fernandes Morcilo. **Criminalização do aborto no Brasil como violação à Convenção Interamericana de Direitos Humanos: possibilidades jurisprudenciais.** *Anais do EVINCI-UniBrasil*, v. 3, n. 2, 2018, p. 178-201.

¹⁷⁷ SUTTON, Barbara; BORLAND, Elizabeth. *Queering abortion rights: notes from Argentina.* **Culture, health & sexuality**, p. 1-16, 2018.

Congresso Nacional. A bancada “BBB” – Boi, bala e bíblia- vêm se provando como forte fator de influência nas decisões políticas devido à maneira articulada com que tem atuado. Todavia, esta influência tem se mostrado como uma ameaça aos direitos das mulheres, pois este segmento não compreende e, sobretudo, não respeita a autonomia da mulher enquanto sujeito de direito.

Desde o período pós-impeachment da primeira Presidenta do país, o que se verifica é um engrandecimento de discursos retrógrados e do patriarcalismo na tratativa dos direitos das mulheres. À guisa de exemplo, o governo seguinte à ruptura, de Michel Temer, ficou caracterizado, de forma paradoxal, pela ausência de mulheres na chefia dos Ministérios e nos principais cargos de poder, bem como pela mitigação de importantes políticas públicas voltadas para as mulheres, como a extinção do Ministério das Mulheres.¹⁷⁸

No tocante à participação política e sub-representação das mulheres nos espaços de poder, observa-se que a política de cotas não tem cumprido com seus objetivos iniciais. De fato, o movimento feminista no país tem se fortalecido, o que semeou as bases para fomentar o debate sobre a necessidade de mulheres na política do Brasil. Neste sentido, houve um aumento no número de candidaturas femininas, o que, porém, não se converteu em um aumento proporcional ao número de eleitas. O resultado das eleições de 2018 foi positivo, no sentido de que agora cerca de 20% do Congresso Nacional são mulheres, diante dos 10% da última legislatura. Porém, o recrudescimento da representação feminina depende também da influência de outros setores, como o posicionamento ideológico destas novas eleitas, pois congressistas conservadores acabam defendendo, muitas das vezes, interesses contrários aos da agenda feminista, favorecendo, deste modo, a manutenção do status quo.¹⁷⁹

Doutro lado, no que se refere aos direitos reprodutivos, tem-se verificado um crescimento no debate sobre a necessidade de priorizar uma ótica a partir da saúde pública e da autonomia da mulher sobre concepções religiosas. O momento é paradoxal pois tem havido um fortalecimento do movimento feminista, sobretudo no que se refere à descriminalização da prática do aborto voluntário para além das

¹⁷⁸ KREUZ, Letícia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018, p. 2. Disponível em:< <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/index>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹⁷⁹ ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero. Mediações entre participação política e representação democrática. Porto Alegre: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, 2016, p. 36-61

hipóteses já previstas, ao mesmo tempo em que os setores conservadores, sobretudo os religiosos, tem se mostrado de grande influência no país, inclusive e mormente, no âmbito político. Recentemente, tem havido um movimento de perspectiva mundial em defesa dos direitos das mulheres, o que foi recrudescido pela ascensão das redes sociais, e isto acabou influenciado também o cenário brasileiro.¹⁸⁰ No ano de 2018, enquanto na Argentina, país vizinho, vigorava o auge do debate sobre a descriminalização do aborto, com as votações na Câmara dos Deputados e no Senado, no Brasil, houve um impulso ao tema, gerando manifestações da sociedade civil nas maiores capitais do país no meses de junho e julho.

Assim, a realidade brasileira tem convivido com a lógica do “um passo para frente e dois para trás”. Em que pese o mencionado crescimento do movimento feminista, o avanço dos setores conservadores tem indicado um norte de retrocessos a ser seguido, incluindo a perda de direitos que às duras custas para as mulheres foram a elas reconhecidos.

Diante da sombra que recaí sobre o futuro do país e de uma participação política feminina, embora crescente, ainda fraca e pouco articulada, as expectativas recaem sobre o STF no exercício de contenção contramajoritária, no que se refere ao risco da influência do conservadorismo no Congresso Nacional, perante às mínimas perspectivas de avanço em que se espera, ao menos, que se concretizem em defesa dos direitos já existentes, no sentido de que, ainda que não haja avanços, ao menos não haja retrocessos também.¹⁸¹

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ KREUZ, Letícia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018, p. 2. Disponível em:< <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/index>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como preocupação central a demonstração da necessidade de promoção do aumento de participação de mulheres na política, qualitativamente e qualificadamente, a fim de viabilizar o tratamento dos direitos reprodutivos femininos a partir de uma lógica emancipatória.

A partir de análise histórica dos direitos políticos e dos direitos reprodutivos, foi possível observar que, em que pese as várias conquistas das mulheres no ordenamento jurídico brasileiro, em um espectro geral, a percepção é de que a situação “parou no tempo” ao perceber que ainda persiste a condição de inferioridade da mulher nos espaços de poder da esfera pública. As lutas pela igualdade de gênero resultaram em significativas conquistas, contudo, muitos destes avanços ainda estão restritos ao plano formal. Assim, os esforços devem ser voltados para lutas universais concretas e as causas específicas também devem ser compreendidas a partir de uma lógica totalizante, que envolva um questionamento da dinâmica social e a concepção do estruturalismo do machismo na sociedade brasileira.

Neste sentido, o estudo pautou-se em uma defesa da emancipação feminina enquanto a possibilidade de a mulher decidir de maneira autônoma sobre seus direitos, dentro – e como expressão – de uma sociedade democrática. Nisto consiste a importância de centralizar os direitos políticos e os direitos reprodutivos.

Para a análise da problemática acerca dos direitos reprodutivos, focou-se nos aspectos da violência obstétrica, do aborto e da esterilização contraceptiva. Nesta toada, foi possível constatar que a emancipação dos corpos das mulheres, ao mesmo tempo que é objetivo, também se mostra como fator necessário para o acesso pleno às esferas de poder. Isto pois os direitos reprodutivos das mulheres no Brasil são vistos antes como direitos da maternidade, ignorando que a própria escolha pela maternidade ou não compõe o direito protagonista do instituto. Ainda, evidenciou-se que o tema da emancipação é tratado como tabu nas plataformas eleitorais, pois há um medo por parte dos candidatos de perderem apoio, deixando este direito subordinado, portanto, a uma questão moral.

Logo, conclui-se que uma maior presença de mulheres na política é mister para uma nova dialética na formulação de políticas públicas no âmbito reprodutivo. Doutro lado, porém, destacou-se que há um déficit de candidatas feministas, que se proponham a atuar em direção aos anseios da pauta feminista. Deste modo, em que

pese no pleito eleitoral de 2018 tenha havido um acréscimo no número de parlamentares mulheres, o que por si só favorece o debate sobre direitos das mulheres, questiona-se a afinidade destas com a agenda feminista.

No que se refere às cotas, observou-se que a eficácia da política de gênero é necessária, mas ainda tem mostrado resultados tímidos diante de tamanha necessidade de mulheres na política. Da análise das cotas em uma perspectiva mundial, foi possível intuir que o estabelecimento de sanções legais adequadas para seu cumprimento pode constituir uma solução a curto prazo para uma maior participação das mulheres na política. Contudo, uma efetiva participação feminina no âmbito de poder político exige um enfrentamento de desafios que perpassam os âmbitos sociais, econômicos, culturais e políticos. Ainda, evidenciou-se que a cultura do país e sua consolidação democrática são fatores decisivos para o incremento da participação de mulheres na política, bem como para a defesa dos interesses da mulher no ordenamento jurídico e no âmbito político. Ademais, no plano do poder político, faz-se necessária repensar não apenas a lógica do sistema de cotas, mas também o sistema eleitoral como um todo, que se mostra deficiente para abarcar toda a diversidade e riqueza de fenômenos que envolve a política brasileira.

Nesse seguimento, é necessário pontuar a imprescindibilidade de um movimento feminista articulado. A partir da observação de exemplos de outros países, sobretudo no que se refere ao processo de decisão sobre o direito ao aborto, denota-se que há grande resistência de setores conservadores como a igreja católica, que possuem a capacidade de influenciar de maneira direta o processo político e têm-se demonstrado como um dos principais empecilhos para uma dinâmica de autonomia sobre os direitos reprodutivos da mulher. A mobilização do movimento feminista fortalece a discussão dos direitos reprodutivos dentro da agenda de saúde pública e vincula a sociedade civil, no sentido de que fomenta o debate e favorece a disseminação de informação. Ainda no que se refere à importância do movimento feminista, destaca-se a atuação feminista dentro do processo político. Isto pois a representação política feminista é a maneira de representação direta dos interesses das mulheres, sobretudo no Congresso Nacional.

Por fim, em que pese o desvelo com o qual foi produzido este trabalho, os votos são para que, nos próximos anos, este estudo se torne obsoleto e tenha que se transmutar em uma análise das novas conquistas e na nova realidade de igualdade entre os gêneros. Embora os tempos sejam difíceis, a luta diária da mulher brasileira

de modo incansável para fazer valer seus direitos, sobretudo diante de um fortalecimento dos setores conservadores, nunca foi e nunca será em vão.

REFERÊNCIAS

- AMANCIO, Kerley Cristina Braz. Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. Mato Grosso do Sul: **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 3, n. 5, 2013.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. Florianópolis: **Estudos feministas**, v. 6, n. 1, p. 71, 1998.
- ARAÚJO, Clara. **Novas demandas por inclusão política - as experiências das mulheres com as políticas de cotas no Brasil**. Disponível em:< <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7032.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. Florianópolis: **Estudos Feministas**, p. 231-252, 2001.
- ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero. Mediações entre participação política e representação democrática. Porto Alegre: **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 36-61, 2016.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, 2003.
- ARRUDA, Julia. **A mulher e os Direitos Políticos**. Coleção Comissões. Comissão da Mulher Advogada. V.10. Curitiba: OAB/PR, 2012.
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad Saude Publica** [online], v. 19, p. 465-469, 2003.
- ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e Cidadania reprodutiva. São Paulo: **Estudos Feministas**, v.1, n.2, 1993.
- BARBOSA, Estefania Maria de Queiroza; DA SILVEIRA, Raquel Dias. Políticas contra a discriminação de gênero. **A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional**, v. 11. Disponível em:< <https://doi.org/10.21056/AEC.V11I46.201>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 35-60, 1989.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. vol. 1: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014
- BITHIAH, Débora; RABAT, Márcio. Palavra de mulher: oito décadas de direito de voto. 2. ed. Brasília: **Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, p. 59, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria. Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Câmara de Deputados. Annaes do Congresso Constituinte da Republica. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. Disponível em:<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13596>>. Acesso em: 12 jan. 2018

BRASIL. Câmara dos Deputados. A história da luta pelo direito de voto das mulheres Brasília: **Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Emenda Constitucional nº 181 de 15 de dezembro de 2015. Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 dez. 1977.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 1996.

CAMPOS, Alex Machado. **Os Direitos Políticos nas Constituições de 1891 e 1934**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Brasília, 2007

CAMPOS, Barbara Lopes; TOLLEDO, Luisa Novais. **Poder e igualdade de gênero: Políticas de cotas para mulheres nos países da América Latina**. Mosaico, v. 7, n. 11, p. 148-173, 2010.

CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, 2001.

CHACHAM, Alessandra Sampaio. Direitos sexuais, direitos de gênero: novos desafios conceituais e políticos. In: MAYORGA, Claudia; Prado, Marco Aurélio Máximo (Orgs.). **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Rio de Janeiro: **Revista Gênero**. v. 5, n. 2, 2005.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. Dados disponíveis em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf

DE SOUZA, Sandra Duarte. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, 2015.

Especialistas veem paridade de gênero no Congresso mexicano como exemplo positivo para o Brasil. [S.l.]: **Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/especialistas-veem-paridade-de-genero-no-congresso-mexicano-como-exemplo-positivo-para-brasil-22866964>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERNANDES, Jorge Batista. A Constituinte de 1890-1891. A institucionalização dos limites da cidadania. Acervo. Rio de Janeiro: **Revista do Arquivo Nacional**, v.19, nº 1-2, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva-1881**. Educ. rev., Curitiba, n. 50, p. 181-206, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602013000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FIGUEIREDO, Regina; PAULA, Silvia Helena Bastos de. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos: o Poder Judiciário deve garantir o acesso à contracepção de emergência. In: Keinert TMM, Bastos de Paula SH, Bonfim JRA, organizadores. **As ações judiciais no SUS e a promoção do direito saúde**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009.

FREITAS, Juliana Rodrigues; COELHO, Lorraine Ferreira. Eleições municipais 2016: a esperança da representatividade feminina nas casas parlamentares das capitais dos estados brasileiros, transformada em frustração diante da inoperância do sistema de cotas no âmbito eleitoral. Recife: **Revista de Estudos Eleitorais**, n. 1, 2017.

GIL, Suelen. Tavares. Breve análise sobre a violência obstétrica no Brasil. In: XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, 2015, Campina Grande, PB. **Anais Gênero e Sexualidade XI**. Campina Grande, PB.: Realize Eventos e Editora, v.1, 2015.

GUTIERREZ, Estrella. Moeda de pacto e de poder. Caracas: **IPS**, 2010. Disponível em:<<http://bibliotecafeminista.web2239.uni5.net/biblioteca/wpcontent/uploads/2017/04/abortopoder.154.pdf>>

GOMES, Joaquim Barbosa. **Instrumentos e métodos de mitigação da desigualdade em Direito Constitucional e Internacional**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31989375071PB.pdf>>. Acesso em 22/03/2018.

GONZAGA, Paula; ARAS, Lina. Mulheres Latino-Americanas e a Luta por Direitos Reprodutivos: o panorama da conjuntura política e legal do aborto nos países da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 2, p. 32, 2015.

KARAWJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil** (c. 1850-1932). Porto Alegre. 2013, 398 f. Dissertação de Doutorado (especialização e História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KLOCK, Gabriel Klemz; LIXA, Ivone Fernandes Morcilo. Criminalização do aborto no Brasil como violação à Convenção Interamericana de Direitos Humanos: possibilidades jurisprudenciais. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 3, n. 2, p. 178-201, 2018.

KONTZE, Karine Brondani; AQUINO, Quelen Brondani de. O contrato sexual e a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. **Revista Barbarói**, v. 42, 2014, p. 202-214. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/5557/3869>>. Acesso em 22 mar. 2018

KRAMER, Josiane Caldas. Quando as mulheres vão para a política? Brasil e Finlândia. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 3, p. 303-323, 2016.

KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Crime e pecado: o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo**. Curitiba, 2016. 235 f. Dissertação de Mestrado (Setor de Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná.

KREUZ, Letícia Regina Camargo. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher entre a corte e o parlamento: propostas, conservadorismo e (im) prováveis avanços. Santa Cruz do Sul: **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2018. Disponível em:< <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/index>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LEÃO, Michele de. **Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema**. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), Porto Alegre, v. 4, n. 11, 2012, p. 602-615.

LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, 2014.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012, p. 107-119.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v. 5, n. 8, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, 2012

MILL, John Stuart (1985), **A Sujeição das Mulheres**, em Ensaaios sobre a Igualdade Sexual, de J. Stuart Mill e Harriet Taylor Mill. The University of Chicago Press, tradução de Leila de Souza Mendes Pereira para Literatura Económica, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1985.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos** (1759-1797). Curitiba, 162 f., 2011 Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal do Paraná.

MIRANDA, Maria da Graça Gonçalves Paz. **O estatuto da mulher casada de 1962**. Porto Alegre, 2013, 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura). Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MONTEIRO, Maurício Gentil; DE CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. Mulheres na Política: Reflexões sobre as Lutas Identitárias X Sociedade Patriarcal Capitalista. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 2, p. 207-223, 2016.

MONTEIRO, Rosa. A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. **Análise Social**, n. 204, p. 586-605, 2012.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha; TORRECILLAS Geraldo Leopoldo; LEÃO, Elaine Castelo de Souza. Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos. **Revista Derecho y Cambio Social**, v. 36, n. 11, p. 1-29, 2014.

MOREIRA, Lais Araujo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro. **Revista Gênero & Direito**, v. 5, n. 1, 2016.

MOREIRA, Lourdes Carmo. As mulheres nos espaços de decisão política: há mulheres nos espaços de decisão política. Niterói: **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero**. 2009.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, n. 29, 2007, p. 429-457.

OLIVEIRA, Inayara de. **Democracia e aborto: as disputas acerca da descriminalização no Brasil e no Uruguai**. Brasília, 2016, 65 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília.

ONU MULHERES. Ranking Mulheres na Política. Disponível em:< <https://beta.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PARDO, Roselha.Gondin dos Santos. Guerra dos sexos: a mulher venceu? Notas sobre a participação política da mulher no brasil. **Revista eletrônica EJE**, nº 6, ano 2.Disponível em:< <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judicial/eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-2/querrados-sexos-a-mulher-venceu-notas-sobre-a-participacao-politica-da-mulher-no-brasil>> . Acesso em: 07 jul. 2018.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Coimbra: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, 2010.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**; tradução de Marta Avancini. Rio: Paz e Terra, 1993

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010

RAMOS, Luciana de Oliveira. **Os Tribunais Eleitorais e a Desigualdade de Gênero no Parlamento: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política?**. São Paulo. 2015, Tese de Doutorado em Direito do Estado. Universidade de São Paulo.

RAMOS, Silvia. O papel das OnG's na construção da política de saúde: a AIDS, a saúde da mulher e a saúde mental. Rio de Janeiro: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, 2004, p.1067-1078.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, 2006.

ROMANAZZI, Moisés. **Considerações sobre a condição da mulher na Grécia clássica (séculos V e IV a. c.)**. Disponível em:< <http://www.oocities.org/textosbec/torres.doc>>. Acesso em: 10 mai. 2018

SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. Cotas de gênero na política: Entre a história, as urnas e o parlamento. Belém: **Revista Gênero e Direito**. v. 4, n. 3, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Editora Fórum, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. **e-Leitor: O acesso das mulheres à representação política**. Disponível em: < <http://jota.uol.com.br/e-leitor-o-acesso-das-mulheres-representacao-politica> > Acesso em: 5 mar. 2018.

SANTOS, Polianna. Pereira.; FIGUEIREDO, Rozany. Ribeiro. Direitos Políticos da Mulher no Brasil e Democracia: Voto, Candidatura e Eleição. In: Paulo Adyr Dias do Amaral; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). CAD 20 anos: **Tendências Contemporâneas do Direito**. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017.

SCHIOCCHET, Taysa. Marcos normativos dos direitos sexuais: uma perspectiva emancipatória. **Biodireito e Gênero**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **Mulher, Direitos e Cidadania: Uma Reflexão a partir da História da Mulher no Brasil e da Constituição Federal de 1988**. Disponível em:< <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ad69dbde4c12dfc>>. Acesso em 12/01/2018

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da; CAMPOS, Camila Goulart. Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: da mordaza autoritária à publicidade na esfera transnacional. **Revista Perspectivas Sociais**. Pelotas, v.3, n. 1, 2014.

SILVA, Saul Garcia Silva. **John Stuart Mill: um defensor dos direitos da mulher**. Disponível em:< https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/saul-garcia-silva-john-stuart-mill-um-defensordosdireitos-da-mulher_uma-reflexc3a3o-sobre-as-conquistas-de-direitos-da-mulher-gt2.pdf>. Acesso em 22 jan. 2018

SILVEIRA, Camila Souza; GARCIA, Edmar Augusto Semeão; BACOS, Raissa Maia. Representatividade política no brasil: reflexões sobre a cota de gênero. **Csonline-revista eletrônica de ciências sociais**, n. 23, 2018.

SUTTON, Barbara; BORLAND, Elizabeth. Queering abortion rights: notes from Argentina. **Culture, health & sexuality**, 2018.

TAVARES, Manuela. A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto. In: C. Ockrent (Ed.) **O Livro Negro da Condição das Mulheres**, Edições Temas e Debates, Lisboa, p. 384-394, 2007.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata Lima. A travessia da autonomia da mulher na pós-modernidade: da superação de vulnerabilidades à afirmação de uma pauta positiva de emancipação. Fortaleza: **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. v. 23, n. 3.

TEMPORAO, José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, 2012 p. 21-23.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada. **Cienc. Cult.**, São Paulo, vol. 64, n. 2, 2012.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. 3ª edição, 2009, p. 19.

VERCH, Alessandra Gisele Fagundes. **Direitos sexuais e reprodutivos, vias de parto e assistência à gestação: “vamos fazer cesária, mamãezinha?”**. Porto

Alegre, 2013, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VIEIRA, Martha Victor. **A trajetória do voto no brasil: das eleições “a bico de pena” à biometria**. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, [S.l.], v. 5, n. 2, 2015.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres**. Brasília: **Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**, 2006, p. 15-25.

XAVIER, Anna Karina; ROSATO, Cassia Maria. Mulheres e Direitos: Saúde Sexual e Reprodutiva a Partir das Conferências da ONU. **Revista Ártemis**, 21(1), 116–130. 2016.

YOUNG, Iris Marion. Activist challenges to deliberative democracy. **Political theory**, v. 29, n. 5, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Revista **Lua Nova**, n. 67, 2006.

ZIRBEL, Ilze. A caminhada do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao Ano Internacional da Mulher. **IV Seminário Internacional de Iniciação Científica**, 1998, p. 10. Disponível em:< www.geocities.ws/izirbel/Movimentomulheres.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.